



Resenha *MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE* – Ano 27 – nº 105 – Novembro 2016

Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – www.csem.org.br

Por um olhar mais humano sobre as mulheres migrantes

PORTUGUÊS.....	3
Lora Pappa: “Há mulheres e crianças a ‘prostituírem-se’ por €5 nos campos de refugiados”	3
Mulheres refugiadas tentam retomar suas vidas no Peru e no Uruguai.....	5
Mulheres migrantes vivem inferno na Líbia, relata jornal Le Monde	5
Especial: Mulheres migrantes e a busca pelo trabalho digno	6
Boom na entrada de mães angolanas em SP leva prefeitura a criar abrigo de emergência	9
Opressões sem fronteiras para as mulheres migrantes	10
Mulheres Invisíveis: "Não tem vaga para haitiana, só para brasileira"	13
ENGLISH	17
Europe migrant crisis: we are delivering refugee women to pimps	17
Empowering women and girl migrants and refugees	18
Opportunity over Hopelessness: Syrian Women’s Impact on Peace	19
One in six domestic workers in HK in forced labor: study	20
Human rights of refugee and migrant women and girls need to be better protected	21
Women’s safety a top reason for migration among the wealthy	23
Women turned away from U.S., Mexico face particularly perilous trip home	24
ESPAÑOL	25
Migración de Nicas a EE.UU. sigue creciendo	25
“Entre tres musulmanas y una latina, le dan el trabajo a la latina”	26
“Ni una menos”: el movimiento que promueve la protección y organización entre mujeres.....	27
La vulnerabilidad de las mujeres refugiadas y migrantes	28
El 60 % de las mujeres inmigrantes se sienten discriminadas en el mercado laboral	29
Mujeres, las mayores víctimas de política migratoria dominicana	30
El debate sobre el burkini en Francia	32
ITALIANO	33
Tecnologia, le donne pakistane diventano imprenditrici con l'e-commerce	33
Ad Agrigento la scuola di cucina per donne immigrate «Crediamo che il cibo crei legami, a tavola è trazzera»	34
Dalla Nigeria all'Italia: donne migranti come merce di scambio per fare soldi sui marciapiede	34
Violenze sulle donne, le donne dell'est denunciano al primo schiaffo, le musulmane sopportano per anni.....	35
Islamofobia, A Rimetterci Sono Le Donne	37
Capire l’impatto della migrazione sulle famiglie dei migranti	38
“L’amore non ha età”. La Consulta bocchia la legge anti-badanti	39

EDITORIAL

Os fluxos migratórios, sejam eles forçados ou não, têm alcançado níveis sem precedentes nos últimos anos, o que para muitos governantes e *policymakers* é visto como um problema a ser resolvido e controlado. Para além desta perspectiva, a migração pode ser entendida como uma estratégia que homens e mulheres se veem para lidar com situações adversas ou se adaptarem a mudanças súbitas de seu contexto (INGLÊS, 2014). As duas visões têm repercussões no desenho de políticas de migração, na pesquisa científica sobre o tema e também nas ações de assistência e atendimento às pessoas em mobilidade. Ao passo que o primeiro ponto de vista insiste nos cenários de sofrimento ou vulnerabilidade em que os migrantes se encontram, o segundo percebe o deslocamento como uma forma de indivíduos ou grupos reafirmarem a sua dignidade ou lidarem com situações políticas e econômicas adversas.

Essas duas formas de interpretação também nos interpelam a pensar sobre como as mulheres se inserem nos fluxos migratórios na contemporaneidade. É importante, por um lado, considerar os cenários de riscos e vulnerabilidades com os quais elas se deparam – os tantos casos de abusos sexuais a mulheres em campos de refugiados ou nas travessias por fronteiras terrestres ou marítimas, como no Mar Mediterrâneo, ou considerando ainda o sofrimento que a vivência da maternidade e do cuidado dos filhos à distância as impõe. Entretanto, considerando a perspectiva do protagonismo dos migrantes, os deslocamentos passam a ser resignificados e compreendidos como uma estratégia de sobrevivência, uma alternativa a que as mulheres se valem, tanto no âmbito individual, quanto no âmbito coletivo no que diz respeito a suas famílias, ante a feminização da pobreza (DUTRA, 2014) ou até mesmo em busca da sobrevivência. Ressaltando-se, assim, sua capacidade de agência e de tomada de decisão, de luta por melhores condições de vidas, enfim, de resiliência diante das situações adversas.

As mulheres migrantes e refugiadas contribuem de maneira importante para os países de origem, de destino e de trânsito, ocupando postos de trabalho e colaborando para as economias e para o desenvolvimento desses países, especialmente, pelo envio de remessas. O estudo *Migración y Remesas*, realizado pela organização NicasMigrante, ao revelar que as mulheres nicaraguenses são mais ativas no envio de remessas que os homens traz a tona uma faceta importante: as mulheres em deslocamento enquanto agentes de desenvolvimento. Essa realidade, cada vez mais comum em outros contextos, onde mulheres saem de seus países com um projeto migratório baseado no objetivo de trabalhar, juntar dinheiro e prover melhores condições de vida para os filhos e para a família que ficou no local de origem, possibilitando melhores condições de saúde, educação e, inclusive, acesso a bens de consumo, destaca que a migração de mulheres por motivos de trabalho é uma realidade cada vez mais consolidada.

A condição migratória revela que os papéis sociais que recaem sobre a *mulher* se sobrepõem, condicionando sua vivência e integração na sociedade de destino e configurando um cenário de vulnerabilidade (PARELLA, 2003). Ainda que as mulheres migrantes enfrentem as mesmas dificuldades que as nacionais em situação de vulnerabilidade, as barreiras linguísticas, o preconceito e a xenofobia, a ausência de referências e redes de contato a própria integração no novo país, assim como as dificuldades de acesso a políticas públicas de saúde e educação as colocam em uma situação de vulnerabilidade. Não por acaso, essas mulheres se alocam em serviços de baixa remuneração, não formalizados e com condições precárias de trabalho, como nas oficinas de costura ou no trabalho doméstico e de cuidados. Portanto, ser mulher, trabalhadora, estrangeira e indocumentada conjuga uma série de marcadores identitários que vinculam discriminações e condicionam o projeto migratório, incluindo o retorno, e que pressupõem o acirramento dessas condições de vulnerabilidades configurando um ciclo vicioso.

Ambas as dimensões, da vulnerabilidade e do protagonismo, nos revelam a complexidade que as dinâmicas migratórias impõem, configurando um quadro dialético de sujeição e subjetivação (MEZZADRA, 2015), ou seja, ainda que existam situações de exploração e de sofrimento para as mulheres migrantes, não se pode negar que o movimento migratório em si é também uma

oportunidade de emancipação, autonomia, resiliência e realização de projetos e sonhos. Nesse sentido, devemos analisar tais deslocamentos e suas implicações tanto na ótica da opressão quanto na ótica da humanização (MARINUCCI, 2014).

Mulheres migrantes e refugiadas possuem necessidades e vulnerabilidades específicas, para as quais os países devem estar preparados para atender, buscando desenvolver soluções que as acolham, que as retirem da situação de vulnerabilidade, que aproveitem o capital humano e cultural que elas possuem, que, enfim, as permitam viver com dignidade.

Referências:

DUTRA, Delia; BOTEGA, Tuíla. Migrações internacionais: a problemática das mulheres migrantes In: Relatório de pesquisa Mulher migrante: agente de resistência e transformação. Brasília: CSEM, 2014. Disponível em: http://csem.org.br/images/livros/caminhos/Relatorio_de_pesquisa_CSEM_Mulheres_migrantes.pdf

INGLÊS, Paulo. Globalização, mobilidade humana e criatividade: desafiando categorias a partir de três casos de migração forçada em Angola. In: VASCONCELOS, Ana Maria Nogales; BOTEGA, Tuíla (orgs.) Política migratória e o paradoxo da globalização. Porto Alegre: EDIPUCRS, Brasília: CSEM, 2015.

MEZZADRA, Sandro. “Multiplicação das fronteiras e das práticas de mobilidade” in *REMHU*, vol. 23, n. 44, 2015, pp. 11-30.

MARINUCCI, Roberto. Mulheres, migrantes e muçulmanas. Percursos de discriminação e empoderamento. In: VASCONCELOS, Ana Maria Nogales; BOTEGA, Tuíla (orgs.) Política migratória e o paradoxo da globalização. Porto Alegre: EDIPUCRS, Brasília: CSEM, 2015.

PARELLA, Sònia Rubio. *Mujer, inmigrante y trabajadora: la triple discriminación*. Barcelona: Anthropos, 2003.

PORTUGUÊS

Lora Pappa: “Há mulheres e crianças a ‘prostituírem-se’ por €5 nos campos de refugiados”

Ana Tomás

A condição das mulheres refugiadas e as discriminações a que estão sujeitas, nesse processo de deslocalização, são o centro da conferência internacional, “Mulheres Refugiadas em Trânsito entre Discriminações Múltiplas”, que decorre esta sexta-feira (14 de outubro), na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, em Lisboa.

Organizada em conjunto pela Fundação Friedrich Ebert, a Associação Mulheres sem Fronteiras, Faces de Eva – CCIS.NOVA e a Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, a conferência começou com as intervenções da investigadora Elena Fiddian-Qasmiyeh, da University College London, via skype, e de Lora Pappa, fundadora da ONG METAdrasi.

O encontro marca o regresso da ativista a Lisboa, meses depois de ter vindo receber, na Assembleia da República, o Prémio Norte-Sul 2015, com conjunto com o ex-Presidente moçambicano, Joaquim Chissano.

Segundo revelou na conferência, a ativista grega que trabalha no apoio e encaminhamento de grupos mais vulneráveis de refugiados e migrantes como mulheres, crianças e menores não acompanhados, a falta de segurança e as situações de violência sexual são o principal problema que esses grupos enfrentam nos campos.

“Os números não são conhecidos porque essas mulheres nunca falam”, começa por referir Lora Pappa. Mas o trabalho no terreno permite à fundadora da METAdrasi conhecer uma realidade

que, dentro dos campos de refugiados, afeta as mulheres de forma particular no que toca à violação dos Direitos Humanos. As mulheres e os menores enfrentam o assédio e o abuso sexual, violações e, muitas vezes, aceitam situações de favores sexuais para sobreviver.

“Há crianças e mulheres abusadas sexualmente pelo preço de 5 euros”, alerta Lora Pappa.

O facto de estarem em trânsito para outros campos ou países e de se desconhecer quando estará concluído o processo de recolocação dos refugiados e dos migrantes facilita a infiltração de traficantes e os abusos, agravando, ainda mais a situação das mulheres e crianças, em situação de vulnerabilidade sexual, que além disso se debatem, como os outros, com a pobreza, diz Lora Pappa, que critica a burocracia e a falta de apoios estatal e comunitária.

O “aumento de casos de violência doméstica nos campos” é outros dos casos que vai esbarrando com as restrições burocráticas como denuncia Lora Pappa. “As mulheres não estão autorizadas a sair da ilha se se quiserem divorciar do marido, em caso de violência doméstica, por exemplo.”

Face a todas estas situações, a ativista considera que é “realmente urgente separar os campos em áreas para mulheres e homens, à exceção das famílias” e dotá-los de segurança 24 horas por dia. “A segurança nos campos é o problema número um para mulheres e crianças”, sublinha, acrescentando que as redes de tráfico dentro de campos, que têm como alvo preferencial mulheres, raparigas e criança, beneficiam dessa falha.

A isso junta-se depois, o medo das vítimas em fazerem denúncias. “As mulheres são muitas vezes relutantes em falar, queixar-se e testemunhar contra os agressores. E quando isso acontece a polícia e os tribunais são incapazes de os identificar”, explica Lora Pappa, acrescentando que há falta de apoio das autoridades, em termos policiais e legais.

Por isso, a função dos intérpretes é fundamental, não só para ajudar a dar resposta a problemas e situações desse tipo, mas também por que podem ser as próprias mulheres a ter essa função e dessa maneira ganharem autonomia e algum empoderamento.

Ensinar a língua grega e desenvolver programas de educação é um dos passos propostos pela organização grega. A ideia é que as mulheres

possam trabalhar como intérpretes e em serviços de saúde nos campos de refugiados e com isso alcancarem também alguma independência, tornando-se menos expostas à exploração sexual por razões económicas e conseguindo maior integração e acesso aos direitos legais e políticos no país de acolhimento.

A integração cultural e religiosa será o passo seguinte, para o qual Lora Pappa admite não ter uma resposta concreta, mas para a ativista a prioridade é outra. Em relação ao hijab afirma respeitar a escolha da mulher. “Se quiser usar usa, se não quiser usar não usa. Temos de relaxar um pouco em relação a isso, temos muitos problemas piores para resolver antes disso”, defende.

Até porque há muitos atores no terreno, mas pouca informação e coordenação entre eles. Por outro lado, há poucas mulheres na polícia, e nas forças militares, que acompanham a vida dos refugiados nesses campos e continua a haver poucas intérpretes para as necessidades.

“A METAdrasi começou exatamente pela ausência de intérpretes no processo de asilo grego. Não temos fundos para cobrir a proteção hospitalar. Precisamos de voluntários de todo o lado”, afirma em resposta a uma questão de uma jovem na plateia que esteve em campos de refugiados gregos e assistiu às dificuldades das mulheres em serem acompanhadas durante e depois da gravidez.

Lora Pappa lamenta, sobretudo, que a mobilização civil não se tenha traduzido a nível político. “Perdemos a oportunidade de ver traduzida a solidariedade dos cidadãos europeus nos representantes políticos. A mensagem não passou”, concluiu.

Além da intervenção de Lora Pappa (Vencedora Prémio Norte-Sul 2015 e METAdrasi, Atenas), a conferência inclui as participações de Teresa Tito de Moraes Mendes (presidente do Conselho Português para os Refugiados (CPR)), Mary Honeyball (deputada britânica no Parlamento Europeu), Gabi Dobusch (deputada no parlamento de Hamburgo), Ana Gomes (deputada portuguesa no Parlamento Europeu) e de Catarina Marcelino (secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade).

Fonte: <http://csem.org.br/noticia/5158-lora-pappa-ha-mulheres-e-criancas-a-prostituirem-se-por-5-nos-campos-de-refugiados> - 14.10.2016

Mulheres refugiadas tentam retomar suas vidas no Peru e no Uruguai

A colombiana Sônia, refugiada no Peru, e a mexicana Patrícia, refugiada no Uruguai, têm mais de um traço em comum: são mulheres, mães e tiveram que deixar seus países devido à violência. Graças à cooperação internacional e ao trabalho de organizações como a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), elas tiveram a chance de recomeçar suas vidas em outro lugar.

A Colômbia é o país com maior número de deslocados internos do mundo. No final de 2015, estimava-se que quase 7 milhões de pessoas tenham sido obrigadas a abandonar seus lares por razões de segurança.

Sônia e seu marido cresceram em um contexto marcado pela violência, em meio a um conflito armado que devastou o país por mais de 50 anos. Por isso, tiveram de deixar tudo para trás e recomeçar uma nova vida em outro lugar.

Ela e sua família viajaram ao Peru em busca de novos horizontes. Ao chegarem, o que mais surpreendeu foi a tranquilidade. “Eu me sentia como se estivesse passeando por uma cidadezinha”, disse a colombiana.

Sônia trabalha no Peru vendendo pães nas ruas, mas sonha conseguir um trabalho como consultora de saúde para exercer sua vocação de ajudar os outros. “Esta seria uma maneira de devolver à sociedade peruana toda a ajuda que recebemos, tudo o que nos deram”, afirmou.

A guerra civil na Colômbia já custou a vida de pelo menos 220 mil pessoas em cinco décadas e provocou o refúgio de 340 mil colombianos para os países vizinhos. A continuidade das negociações para o acordo de cessar fogo entre o governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) é passo crucial para a construção da paz duradoura.

A história de outra mulher tem traços semelhantes à de Sonia. Depois de ter sido sequestrada e torturada por conta de seu ativismo em favor dos direitos dos indígenas, Patrícia também decidiu deixar seu país, o México, e toda a sua família. “Restava-me um raiozinho de luz, uma esperança de chegar ao Uruguai, a um lugar seguro”, declarou.

Graças à cooperação internacional e ao trabalho de organizações como a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), Patrícia teve a

oportunidade de recomeçar sua vida. “Disseram-me que o Uruguai era o país mais tranquilo de toda América Latina, um país com futuro e de pessoas gentis em todos os aspectos. Não estavam errados”, afirmou.

Assim como Sônia, Patrícia tem uma forte vocação para a solidariedade. Por isso, gosta de seu trabalho de cuidadora de pacientes no período da noite, que a ajudou a seguir adiante e lhe permite colocar em prática seus conhecimentos como trabalhadora social.

Patrícia adora a cultura uruguaia. Diz ter se “viciado” em mate, a infusão típica do Uruguai, Argentina e Sul do Brasil, feita com folhas de erva mate, e apreciar o ritmo candombe, de origem africana. “É impossível não se dar conta de que o Uruguai é carregado de candombe de carnaval, de que a cultura afro-uruguaia está bem enraizada, e isso me agrada”, disse.

Durante o dia, ela dá continuidade ao ativismo em favor dos direitos dos indígenas e assessora diferentes comunidades latino-americanas por meio das redes sociais. Além disso, faz parte da Assembleia de Migrantes Indígenas, um grupo que tem como objetivo tornar a cultura desses povos mais conhecida.

As histórias destas mulheres são únicas, mas têm variantes dramáticas no resto do mundo. Segundo o relatório “Tendências Globais”, do ACNUR, 24 pessoas foram deslocadas de seus lares em cada minuto de 2015, totalizando 65,3 milhões de pessoas no mundo.

Nestes tempos de crise humanitária, torna-se mais importante os países reforçarem seus compromissos humanitários com a proteção de refugiados, deslocados e apátridas para buscarem soluções duráveis que permitam a essas pessoas viver com dignidade.

Fonte: <https://nacoesunidas.org/mulheres-refugiadas-tentam-retomar-suas-vidas-no-peru-e-no-uruguai/> - 11.10.2016

Mulheres migrantes vivem inferno na Líbia, relata jornal Le Monde

A enviada especial do jornal francês à costa italiana, Maryline Baumard, subiu a bordo do navio de salvamento Aquarius, na costa do Mar Mediterrâneo. Ela conversou com mulheres que foram vítimas de violência sexual na Líbia, rota obrigatória para chegarem à Europa.

Anna Psaroudaki

A reportagem publicada na edição antecipada desta sexta-feira (9) confirma uma denúncia que vem sendo feita por centenas de mulheres africanas que deixaram tudo para trás, inclusive filhos e maridos, para tentar uma vida melhor. Vindas do Mali, Gâmbia, Senegal, Eritreia ou Sudão, quase todas foram agredidas na Líbia. Só em 2016, mais de 5.650 mulheres foram socorridas em embarcações precárias no norte daquele país.

A situação é tão traumática que uma médica, uma advogada e uma parteira da ONG francesa MSF (Médicos Sem Fronteiras) concebeu um espaço isolado, apenas para mulheres, onde nenhum homem é autorizado a entrar. "Elas têm vergonha, ouviram que são responsáveis pelo que lhes aconteceu porque atravessaram o deserto e pararam na Líbia para depois tentar chegar à Europa pelo mar, seguindo a rota 'das mulheres de pouca virtude'. Elas ouvem o tempo todo que vêm à Europa para se prostituir e que sofrer violência é culpa delas", conta a advogada da MSF, Hassiba Jadj Sahraoui, ao Le Monde.

O primeiro testemunho é de Noura, da Costa do Marfim, seguido pelo de Ruth e muitas outras.

"Mercadoria humana" lucrativa

De toques e carícias abusivas a estupros filmados que os criminosos ameaçam enviar às famílias em troca de dinheiro, as violências sofridas pelas mulheres na Líbia é sem fim, inclusive com o consentimento dos passadores, que oferecem um "serviço completo" de hospedagem, transporte até o mar e embarque.

Com a desordem que reina no país e a guerra entre as milícias para controlar esse lucrativo mercado, os sequestros são frequentes. As mulheres, diz o jornal, são vendidas por cerca de € 1 mil e obrigadas a se prostituir.

Le Monde informa também que a ONG Iniciativa Mundial contra o Crime Organizado Transnacional, sediada na Suíça, se preocupa com o número de nigerianas que se prostituem atualmente na Itália, que hoje chega a 10.000.

O texto do jornal francês termina de forma chocante: na embarcação recuperada em alto mar pelo navio Aquarius em 20 de julho passado, havia 22 cadáveres de mulheres. A maioria era africana e foi sufocada e afogada pelos outros imigrantes quando a água começou a entrar no barco. As sobreviventes sequer conheciam seus nomes: "eram apenas camaradas de viagem, companheiras de infortúnio mortas antes de chegar à Itália".

Fonte: <http://br.rfi.fr/geral/20160908-mulheres-migrantes-sao-estupradas-na-libia-relata-le-monde> - 08.09.2016

Especial: Mulheres migrantes e a busca pelo trabalho digno

Superar estereótipos, garantir a regularização migratória e o acesso às políticas públicas são ações necessárias para promover o empoderamento das mulheres no Brasil e atingir a igualdade de gênero. Experiências em São Paulo mostram que uma outra realidade é possível.

Salários menores nos mesmos cargos, preconceito, dificuldade em chegar aos postos de chefia e o acúmulo do trabalho reprodutivo e não remunerado. Vencer essas barreiras que impedem o empoderamento das mulheres ao redor do mundo e garantir a igualdade de gênero é uma meta das Nações Unidas para 2030 dentro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O desafio é ainda maior para as mais de 117 milhões de mulheres migrantes ao redor do globo – 320 mil no Brasil – que buscam no trabalho o meio de alcançar uma vida digna para além das fronteiras.

Acabar com a desigualdade de gênero, segundo dados do Fundo Monetário Internacional, tornaria

a economia dos países mais rentável. Em algumas regiões do mundo, as perdas em PIB per capita que podem ser atribuídas à desigualdade de gênero no mercado de trabalho podem chegar a 27%. O FMI aponta que as mulheres representam cerca de 50% da população em idade ativa, mas apenas 40% da força de trabalho global, embora a participação feminina tenha crescido nas últimas duas décadas.

No Brasil, a presença das mulheres no mercado de trabalho tem se expandido e os anos de estudo são mais elevados que o dos homens. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2014, realizada pelo IBGE, mostra que as mulheres estudam em média oito anos, frente 7,5 anos dos homens. Mesmo assim, a desigualdade ainda precisa ser superada. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), homens ainda ganham mais do que as mulheres: em 2014, homens tinham o salário médio de R\$ 1.831, enquanto as mulheres ganhavam R\$1.288. As mulheres negras têm a menor remuneração,

com valor médio salarial de R\$ 946, e os homens brancos a maior, com média de R\$ 2.393.

Desafio da mulher migrante

Juliana Bueno, coordenadora do Cidade 50 50, programa da ONU Mulheres no Brasil que visa fortalecer o debate sobre igualdade de gênero, aponta que a realidade das mulheres migrantes aqui é semelhante a de muitas brasileiras: baixos salários, responsabilidade sobre as tarefas domésticas e de cuidado além do trabalho externo, ou seja, jornadas duplas e até triplas, mas se deparam ainda com outras barreiras pela nacionalidade.

“Elas enfrentam as mesmas dificuldades que mulheres em situação de vulnerabilidade no Brasil, mas agravam sua situação a barreira linguística, o preconceito e a xenofobia, ausência de referências e a ambientação ao novo país. A dificuldade de acesso a políticas públicas universais por causa dessas situações também torna o dia-a-dia mais difícil. Não por acaso, os poucos estudos que temos mostram que essas mulheres que chegam ao país em situação de vulnerabilidade – sem documentos, sem carteira de trabalho, sem falar português – se alocam em serviços de baixa remuneração e condições precárias de trabalho – as oficinas de costura e o emprego doméstico não formal são exemplos disso”. Foi assim a vida de Júlia* (identificada apenas com o primeiro nome e que preferiu não ser fotografada) ao longo de mais de duas décadas. Migrante boliviana, ela chegou a São Paulo em 1982 sem falar português e sem conhecer as leis locais. Sem documentos, começou a trabalhar como babá para uma família brasileira, em troca de comida e um lugar para morar. Quando casou com um brasileiro, se viu sozinha na realização das tarefas do lar e, com muita economia, conseguiu comprar um terreno e construir a casa própria. Engravidou, mas não teve descanso nem quando a filha nasceu. Trabalhou até os nove meses de gestação e retornou ao serviço vinte dias após o nascimento da criança. Ia diariamente para o trabalho com a pequena nos braços, pois tinha que amamentar.

A menina ainda era pequena quando Júlia conseguiu se desvencilhar da relação destrutiva com o marido. Morou algum tempo com amigos e a situação começou a mudar quando finalmente conseguiu regularizar a situação no Brasil. A carteira assinada, horizonte distante quando chegou ao país, se tornou realidade há 12 anos. Aos 51, Júlia trabalha no setor de limpeza de um hospital na capital paulista e se formou como técnica de enfermagem. A filha, agora com 24 anos, passou no vestibular e estuda arquitetura

na Universidade de São Paulo, um dos cursos mais concorridos do país.

Mudar a realidade de mulheres como Júlia tem sido um dos focos do trabalho desenvolvido pela Coordenação de Políticas para Migrantes (CPMig) da Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo. Em julho de 2016, entrou em vigor na capital paulista a Lei Municipal nº 16.478, que institui a Política Migratória da Cidade. O artigo 3º da norma determina que as políticas locais devem “respeitar especificidades de gênero, raça, etnia, orientação sexual, idade, religião e deficiência”.

Por meio do Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI-SP), criado em 2014, os migrantes são atendidos em seis idiomas, recebem orientação para regularização migratória e intermediação para o trabalho, além de curso de português. Em parceria com os Centros de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (CATE), equipamentos da Secretaria do Desenvolvimento do Trabalho e Empreendedorismo (SDTE) da Prefeitura, o CRAI tem realizado mutirões de emprego e oficinas para migrantes, além de ações para sensibilizar o mercado de trabalho. “A regularização migratória, o acesso a documentos trabalhistas, a comunicação (ainda que não plena) em língua portuguesa e a bancarização são condicionais para a efetivação da empregabilidade de imigrantes (mulheres e homens). Atualmente, a CPMig junto ao CRAI está realizando novos encontros, a fim de sensibilizar as empresas da importância de oferecerem vagas para imigrantes e das especificidades na documentação deles na hora da contratação”, explica a assessora da CPMig, Camila Breitenvieser.

Para a professora de Direito Internacional do Departamento de Direito Público da Universidade de São Paulo Cynthia Soares Carneiro outra necessidade para garantir o empoderamento das migrantes é avançar em termos de legislação. No Brasil ainda vigora o Estatuto do Estrangeiro, criado à época da Ditadura Militar e que vê no migrante uma potencial ameaça à soberania nacional. “O Brasil precisa criar normas que facilitem a regularização, principalmente daquelas imigrantes que já tem um trabalho ou meios de subsistência, trabalhando como autônomas, por exemplo”.

Dados do Banco Mundial revelam que, em 60% dos países, falta legislação que garanta oportunidades iguais para homens e mulheres, em termos de remuneração e possibilidade de evolução na carreira escolhida.

Acesso à creche

Outro fator que interfere diretamente na inserção de mulheres no mercado de trabalho, migrantes e brasileiras, é a formulação de políticas públicas, como a creche. De acordo a Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2002 a 2012 o percentual de crianças de até três anos de idade atendidas em creche passou de 11,7% para 21,2%. Porém, o acesso à política é desigual. Em 2012, 63% das crianças entre 2 e 3 anos da população mais rica do país frequentava creche, enquanto o acesso da parcela mais pobre era de 21,9%.

A angolana Mariza Kalongua vive na pele essa realidade. Fisioterapeuta, formada no Brasil, ela migrou para cursar o ensino superior em São Paulo. Hoje, já pós-graduada, ela exerce a profissão num hospital da capital paulista. O local de trabalho foi escolhido justamente pelo horário, que permite deixar e buscar na creche o filho, de dois anos. Aos finais de semana, a rotina se torna mais difícil. Trabalhando em turnos de 12 horas ao dia, Mariza precisa primeiro deixar a criança com uma tia para poder exercer as atividades profissionais.

Para migrantes recém-chegadas no país e que não têm amigos ou parentes para contar, essa realidade se torna ainda mais complexa. A Prefeitura de São Paulo oferece 690 vagas para imigrantes nos Centros de Acolhida. Ali, assistentes sociais auxiliam na busca por emprego e encaminham as crianças filhas de mulheres imigrantes para as creches públicas com prioridade. “As mulheres imigrantes acolhidas nos centros são normalmente recém-chegadas e não possuem uma rede de relacionamentos sólida no país, o que compõe a especificidade da condição de migratória. A creche se torna assim a possibilidade, muitas vezes a única, de cuidado dos filhos, o que é condição necessária para que as mães possam trabalhar”, reforça Camila Breitenvieser.

Empreendedorismo migrante

Batendo de porta em porta, Rima Eissa, 41 anos, busca em São Paulo uma oportunidade de trabalho dentro das especialidades que aprendeu no país de origem, a Síria. Formada em agronomia, trabalhava no setor público em Damasco. Há sete anos, o interesse pela biologia do corpo e seus benefícios, além do diálogo com os pacientes e o auxílio na busca pelo bem-estar fizeram Rima começar a atuar como massoterapeuta.

Chegou à capital paulista há um ano e cinco meses. Trabalhou informalmente numa clínica, conseguiu dois clientes fixos e passou a vender

comida árabe. Mas o que Rima deseja é ser independente. O próximo ano deve começar na sala de aula de uma universidade paulista, onde fará o curso de estética.

Garantir a empregabilidade de mulheres como Rima é um dos objetivos do projeto Empoderando Refugiadas, iniciativa do Grupo Temático de Direitos Humanos e Trabalho da Rede Brasileira do Pacto Global das Nações Unidas, em parceria com a ONU Mulheres Brasil, Caritas Arquidiocesana de São Paulo, Programa de Apoio para a Recolocação dos Refugiados (PARR) e Fox Time.

Trinta mulheres participaram da iniciativa piloto, realizada em São Paulo, ao longo de sete meses. Neste período, refugiadas de Angola, Nigéria, Camarões, República Democrática do Congo, Burundi, Colômbia e Síria participaram de workshops sobre planejamento financeiro e profissional, direitos das mulheres e trabalhadoras no Brasil, habilidades práticas para aprimorar o português e empreendedorismo feminino, além de sessões de coaching, num espaço para articulação com futuros empregadores. Desde o final da ação, em junho, nove participantes foram contratadas para áreas diversas.

“As empresas gostaram das mulheres empregadas, pois elas agregam diversidade cultural no espaço de trabalho. Nosso objetivo com o curso é que elas fossem empregadas, que grandes empresas contratassem essas mulheres”, destaca Vanessa Tarantini, representante da Rede Brasil do Pacto Global.

Além dos resultados, Vanessa cita ainda o aprendizado que o Empoderando Refugiadas deixou para as empresas e para outros envolvidos no projeto. “Pessoalmente, depois desse contato você aprende muito mais com elas e passa a valorizar mais nossas vidas, que não podemos reclamar”.

Resultados positivos também vêm do poder público. Neste ano, projetos de mulheres migrantes foram contemplados no Programa VAI e Agente Comunitário de Cultura, ações da prefeitura que geram recursos para projetos artísticos na cidade e que permitem a divulgação de expressões culturais das mulheres migrantes. Além disso, o governo municipal também tem promovido a participação de mulheres migrantes no Projeto Economia Solidária SP, que possibilita trabalho e renda, num processo de autogestão em que o trabalhador participa de todo o processo produtivo.

Para Juliana Bueno, é fundamental que governos de todos os níveis, locais, estaduais e federal, assim como o setor privado, deem atenção

especial a migrantes. “É necessário fortalecer o entendimento entre todos e todas de que as migrações são algo benéfico para o nosso país e para as nossas cidades, que a integração cultural e socioeconômica nos ajudará a produzir mais e nos desenvolver mais e melhor, contanto que façamos políticas públicas que visem acolher essas pessoas e não deixa-las em situação de vulnerabilidade. A migração é uma realidade, a migração feminina mais ainda”.

Na avaliação da especialista mudar o cenário das mulheres migrantes exige de toda a sociedade

uma mudança no olhar. “Nós precisamos enxergar essas mulheres como cidadãos de direito no nosso país, e essa mudança de visão vai fazer a diferença na hora de tomarmos ações, porque nos dará a capacidade de entender como lidar melhor com essas especificidades e dar a devida acolhida que merecem para que possam se empoderar”, completa Juliana.

Fonte: <http://migramundo.com/mulheres-migrantes-e-a-busca-pelo-trabalho-digno/>

30.10.2016

Boom na entrada de mães angolanas em SP leva prefeitura a criar abrigo de emergência

Mulheres alegam principalmente perseguição política e religiosa para pedir refúgio no Brasil

Após mais de oito horas de voo de Luanda para São Paulo, Isabela Lufauqenda cruzou o Atlântico na barriga da mãe, angolana, em 1º de abril e nasceu brasileira uma semana depois. Hoje Isabela já engrossa o grupo de aproximadamente 600 mulheres de Angola que desembarcaram na capital só em três meses. Essas mães chegam normalmente com pelo menos dois filhos e poucas vêm com o marido.

Segundo o Conare (Comitê Nacional Para os Refugiados), o número de pedidos de refúgio de angolanos no Brasil está em alta: 630 até a segunda-feira (18) (mais de 6 por dia), ante 1.100 em todo ano passado. Em 2014, pediram refúgio 189. O boom teve auge em fevereiro, na véspera do Carnaval, quando um grupo de 50 angolanas com filhos chegou em um dia à capital. A demanda não era esperada pela Prefeitura e forçou a administração a abrir dois abrigos emergenciais, que já acolhem 266 mães e crianças. Outros 19 centros de acolhida regulares também acomodam famílias angolanas recém-chegadas.

Vinte e sete mulheres já chegaram gestantes e há casos de mães com oito filhos. Alegando principalmente perseguição política e religiosa, elas escolheram o Brasil para recomeçar a vida e chegaram para ficar. Outra hipótese, porém, é que essas famílias estejam fugindo da crise econômica naquele país, com falta de dólar no mercado em função da baixa do petróleo.

As primeiras famílias aterrissaram no Rio, mas tinham São Paulo como destino, por ônibus ou táxi. Já as últimas têm descido no Aeroporto de Guarulhos. O perfil é variado: a maioria tem visto de turista, grande parte é de classe média e tem escolaridade e quase a totalidade chega sem ter onde se hospedar. O Estado entrevistou cinco

mães e todas relataram não se conhecer previamente.

No fim de março, a Prefeitura enviou um relatório ao Ministério da Justiça solicitando uma investigação sobre as causas para a chegada em massa. “Elas estão chegando sem aviso prévio e nós temos de dar um jeito de acolher. Mas esse fluxo não é de população em situação de rua, que é o nosso perfil”, observa Elisângela Nunes, coordenadora do Centro POP Bela Vista.

O coordenador do Centro de Estudos das Culturas e Línguas Africanas e da Diáspora Negra da Unesp (Universidade Estadual Paulista), Dagoberto Fonseca, observa que angolanas de Luanda e região metropolitana, perfil das imigrantes dos últimos meses, não costumam ser alvo de perseguição política e religiosa. Segundo ele, o país tem sofrido com a crise econômica. “O imigrante não pode dizer para as autoridades de um país estrangeiro que está entrando em função de relações econômicas ruins. Mas pode dizer que pede refúgio por processos políticos e religiosos.”

Sem volta

Formada em Sociologia, com capacitação em assistência social, Pricila Banduka Maleluka, de 36 anos, chegou ao País no dia 4 com um objetivo claro: não retornar a Angola. “Não vou voltar. Se voltar, eu vou morrer”, afirma ela, que fugiu de perseguição religiosa com o marido e as quatro filhas. Para vir ao Brasil, relata que teve ajuda da Igreja Católica.

Já a angolana Ilda Garcia, de 29 anos, está no Brasil desde 25 de janeiro, quando chegou gestante com o marido e uma filha de 7 anos. Ela desceu no Rio e pegou um ônibus para a capital

paulista. De classe média, trabalhava como caixa de supermercado em Luanda e, com o dinheiro do trabalho e ajuda financeira do pai, comprou o bilhete para fugir do país. "Lá precisa ter dinheiro para estudar, porque nas escolas públicas são poucas vagas. Para ir ao hospital público, tem de acordar às 5 horas."

Segundo Ilda, a decisão de vir para o Brasil foi do marido, que trabalhava em uma agência de transferência de dinheiro e estava ameaçado de morte após vários assaltos. No mesmo dia em que ela aterrissou aqui, Marta Pedro Sebastião, de 31 anos, chegou a São Paulo. Ela trouxe os três filhos, um de 8 meses, outro de 3 anos e o mais velho, de 7 anos. Líder de um grupo que luta pela independência, o marido está preso em Luanda após a polícia ter invadido uma reunião que ocorria no quintal da casa de Marta. Ela conta que foi violentada sexualmente e viu os membros do grupo serem presos e mortos. "Tinha de sair de Luanda ou iriam me matar."

Riscos

Opressões sem fronteiras para as mulheres migrantes

Azul Picón

Atualmente, cerca de 232 milhões de pessoas vivem fora do país em que nasceram^[1] e quase a metade (49%) são mulheres. A Argentina é um país com uma marca migrante muito forte, em parte pela imigração estrangeira, cujo ponto mais representativo foi a massiva imigração europeia que recebeu em meados do século XIX, mas também as de países vizinhos e migrações internas. A migração de países vizinhos foi moderada, mas se manteve constante a partir do registro inicial com o primeiro censo de 1869: 2,4% da população eram imigrantes provenientes de países vizinhos. Em 1914 é registrada a maior taxa de imigração no país, com 2,6% provenientes de países vizinhos e 29% da Europa. Além disso, com a redução drástica dos fluxos da migração europeia, a migração de países vizinhos se tornou mais visível^[2]. Segundo o último Censo de 2010, 1.805.957 pessoas que vivem na Argentina nasceram em outro país. Desse total, 1.245.054 vieram de países vizinhos, 3,1% da população, mas representa 69% da migração total.

54% desses imigrantes são mulheres. Isto significa que, se falamos de migração na Argentina de hoje, as mulheres latino-americanas são a maioria.

Maria Cristina Morelli, coordenadora do Cáritas (Centro de Referência para Refugiados) em São Paulo, relata que a organização recebeu 382 angolanas em 2015. Só no primeiro trimestre deste ano, acolheu 346. "Muitas afirmam que saíram da Angola fugindo da repressão policial e instabilidade política", diz. Embora muitas mães aleguem apoio da Igreja Católica, a Cáritas em São Paulo negou saber de qualquer ajuda financeira para as viagens.

Na avaliação de Maria Cristina, as gestantes têm saído da África por sentirem que estão pondo em risco a vida dos bebês se ficarem por lá. Outra das hipóteses, segundo o Estado apurou, é que, ao dar à luz em território brasileiro, ganham a cidadania. E o pai ainda pode solicitar visto permanente — sob justificativa de reunião familiar.

Fonte: <http://noticias.r7.com/sao-paulo/boom-na-entrada-de-maes-angolanas-em-sp-leva-prefeitura-a-criar-abrigo-de-emergencia-19042016> - 19.04.2016

Feminizações

Tradicionalmente estudos sobre migrações não tinham um enfoque de gênero. As mulheres eram invisíveis ou incluídas como meras companheiras das decisões dos homens migrantes, que encarnam a figura do migrante autônomo. Mas por algum tempo ouvimos falar de uma tendência à "feminização das migrações", um processo qualitativo e quantitativo que se refere à crescente participação e protagonismo das mulheres que migram individualmente, sem estar "associadas" a um homem migrante anterior. Não significa apenas que a quantidade de mulheres que migra é maior (ainda que este número esteja aumentando lenta, mas constantemente), mas também que o fazem de forma autônoma ou como pioneiras do movimento familiar. A crescente feminização das migrações aparece vinculada, segundo alguns autores, com a feminização da força de trabalho e da pobreza^[3].

Informalidade e precariedade como regra

A migração feminina de países vizinhos é principalmente ligada ao trabalho e à baixa qualificação. Se concentra especialmente no trabalho doméstico remunerado, na manufatura e

nas atividades agrícolas. As mulheres migrantes correm mais risco de sofrer diferentes tipos de violência: estão mais expostas a abusos físicos, emocionais e sexuais, além dos abusos de autoridades por parte de agentes, de “coiotes” (pessoas que, por um pagamento, ajudam a cruzar ilegalmente as fronteiras), de governantes, traficantes, etc.^[4], tanto durante o trânsito migratório como no país de acolhimento. A CEDAW^[5] reconhece a vulnerabilidade específica das trabalhadoras migrantes, que, em geral, realizam trabalhos mal remunerados e estão mais expostas a sofrer abusos e discriminação, assim como a falta de proteção jurídica e menos acesso à justiça.

Desde a segunda metade do século XX, a presença das mulheres no mundo do trabalho não doméstico se ampliou e consolidou, alcançando na última década uma média de 41,5%. Isso não significou uma crescente igualdade de direitos, mas pelo contrário, a precarização do trabalho se impôs com mais força sobre as mulheres^[6], que tem salários mais baixos, piores condições trabalhistas e mais possibilidades de trabalhar na informalidade. Na América Latina, 54% das mulheres trabalham em setores não estruturados, enquanto 48% dos homens se encontram nessa situação^[7]. Se as mulheres estão mais expostas à precarização do trabalho, essa porcentagem aumenta consideravelmente se ao gênero e à classe se adiciona a origem étnica e a situação de migração.

O trabalho doméstico é uma das maiores fontes de emprego informal para as mulheres e representando 15% da mão de obra feminina na América Latina, é realizado por mulheres de baixa renda de maioria delas migrantes ou pertencentes a minorias étnicas^[8]. Muitas vezes, a inclusão de alojamento e comida faz desse trabalho atrativo para as migrantes, no entanto, os salários são baixos, as jornadas de trabalho são longas e estão mais expostas aos abusos das patronais e ao isolamento social, os quais aumentam sua vulnerabilidade. Na verdade, a OIT (2004), reconhece que a categoria dos/as trabalhadores/as de serviço doméstico se encontram entre as mais vulneráveis do mundo.

A opressão de gênero reproduz a subordinação e a desigualdade das mulheres no mercado de trabalho, e isso resulta, pelas razões referidas acima, em condições ainda piores para as mulheres migrantes. O caso do serviço doméstico está intimamente ligado com a extensão das funções consideradas “naturalmente” femininas, as tarefas de casa e de cuidados, e certamente continuam também caindo sobre as mulheres as

tarefas domésticas e familiares em suas próprias casas, sem remuneração^[9].

Mas o trabalho doméstico não é o único a que as mulheres migrantes têm acesso. O trabalho agrícola e na indústria têxtil, também são âmbitos de inserção de trabalhadores migrantes e de mulheres em particular. Acompanhados do trabalho doméstico e da construção, são os ramos de maior informalidade: 80% do trabalho agrário e 60% do têxtil, é informal. A indústria têxtil foi, historicamente, o ramo industrial que mais empregou mulheres. Desde meados dos anos 70, com o esvaziamento da indústria nacional, o trabalho semiescravo ou escravo em fábricas clandestinas cresceu exponencialmente e se transformou em condição necessária para a sobrevivência da indústria têxtil na Argentina. Essas fábricas trabalham principalmente com mulheres imigrantes bolivianas e o recrutamento faz parte, muitas vezes, do tráfico de pessoas com fins de exploração trabalhista^[10]. Estima-se que nessas fábricas, os/as costureiros/as recebem 1,8% do valor da peça de vestuário que produzem.

A informalidade dos trabalhos aos quais as mulheres migrantes acessam também as coloca em pior situação para negociar as condições de trabalho, por não contar com apoio sindical e proteção jurídica e sendo muito difícil a organização. Isso também as expõe a uma maior vulnerabilidade à violência de gênero, ao abuso sexual no trabalho e em uma posição mais difícil para enfrentar essas violências^[11].

Uma necessidade do sistema

A informalidade e precarização dos trabalhos acessados pelos/as imigrantes, cumprem um papel fundamental para o sistema, garantindo mão-de-obra barata para empresários que buscam maior produtividade com baixo investimento e baixos salários. Assim, os imigrantes têm maiores probabilidades de viver na pobreza, com trabalhos menos saudáveis, sem acesso a trabalhos sociais ou proteção contra acidentes de trabalho e piores condições de vida, perpetuando assim a exclusão social^[12].

A discriminação e xenofobia que sofrem diariamente, não são inocentes. Os imigrantes aparecem como supostos culpados da pobreza e da insegurança, especialmente no contexto da crise. Os meios de comunicação estão, diariamente, reproduzindo mitos, preconceitos e estereótipos sobre os migrantes ligando-os à delinquência, ao narcotráfico, à insegurança trabalhista e como uma carga para os serviços sociais. Sobram exemplos de burocratas sindicais, políticos, meios de comunicação e

inclusive empresários, espalhando o mito de que “os trabalhadores imigrante roubam o trabalho dos argentinos”, enquanto, não só está provada a mentira dessa frase, mas, como já vimos, a mão de obra que os imigrantes representam é útil para o capitalismo (ver quadro Marcelina...).

O confronto entre nativos/as e imigrantes divide a classe trabalhadora e mina a solidariedade entre os trabalhadores/as. As campanhas discriminatórias incentivadas pelos meios de comunicação divulgam um falso antagonismo que Marx observava como “o segredo pelo qual a classe capitalista mantém seu poder” sendo, com certeza, “plenamente consciente disso” [13].

O sistema capitalista tem uma necessidade vital de trabalhadores imigrantes para sustentar a produção e competitividade a baixo custo, mão-de-obra barata “disposta” a ser superexplorada. O movimento de pessoas também ocupa um lugar privilegiado na reprodução do capitalismo global. Além da crise econômica, os imigrantes funcionam como variável de ajuste, são as primeiras vítimas de demissões, já que podem ser demitidos sem indenização por causa da falta de proteção legal e sindical.

No entanto, mais e mais os/as trabalhadores/as imigrantes começam a se organizar, apesar dos obstáculos e dificuldades impostas pelo sistema, muitas vezes junto a seus companheiros nativos/as, mostrando que a classe trabalhadora não tem fronteiras e a luta por uma sociedade sem opressão nem exploração deve ser feita em conjunto e junto a todos os setores oprimidos.

Reina: justiça patriarcal e de classe

Reina Maraz é migrante e mulher. Está condenada a prisão perpétua pelo suposto crime de seu marido, Limber Santos. Não fala castelhano e ficou detido por 3 anos em prisão preventiva na Unidade 33 de Los Homos sem ninguém lhe explicar, no seu idioma, o quechua, de que era acusada. No momento de sua prisão, Reina estava grávida de sua 3ª filha, que nasceu na prisão.

As mulheres migrantes tem fortes barreiras de acesso à justiça, tal como foi reconhecido pela OIM e pela ONU Mulheres. As dificuldades econômicas, linguísticas e a discriminação dentro do judiciário são barreiras concretas que impedem que essas mulheres tenham acesso à justiça. Quando, depois de 3 anos, a justiça disponibilizou uma intérprete, Reina pôde relatar no tribunal os maus tratos e a violência física extrema que sofreu por anos por parte de seu marido Limber Santos (agressões até deixá-la inconsciente, ameaças de morte e todo tipo de

humilhações), e como ele a deu a um vizinho, Tito Vilcar Ortiz, para que fossem pagadas, sexualmente, as dívidas que havia feito. Contou como Santos desapareceu logo após uma briga com o vizinho Vilcar, que foi preso pela morte de Santos, mas faleceu antes do julgamento. Reina foi presa porque o promotor Fernando Celesia considerou que ela havia sido cúmplice de Vilcar para roubar o dinheiro de seu marido, pelo qual pediu a pena de prisão perpétua com a qual, no fim, foi condenada. O advogado de defesa José María Mastronardi pediu sua absolvição por falta de provas que permitissem colocá-la como autora do crime e exigiu a única prova de peso contra Reina: o testemunho filmado por uma câmera Gesell de seu filho de 6 anos ao ser questionado por especialistas, já que se interrogou uma criança como se fosse um adulto por 20 minutos, sem que estivessem presentes especialistas em psicologia infantil para fazer a entrevista e sem linguagem simbólica.

Em outubro passado, o TOC 1 de Quilmes, composto pelas juízas Silvia Etchemendi, Marcela Vissio e Florencia Butierrez, condenou Reina Maraz por homicídio qualificado de duas ou mais pessoas, roubo qualificado sozinho e em bando, em disputa real. Desconhecendo as múltiplas violências das quais ela era vítima, ignorando que seu suposto cúmplice era quem a violada como forma de pagamento de dívidas, omitindo provas fundamentais e validando provas questionadas por especialistas.

Foi condenada quase sem provas, sem ter meios de defesa, em um país estranho ao qual foi obrigada a ir, sem conhecer o idioma nem saber de que era acusada. Foi condenada por ser boliviana, pobre e mulher. Por estar em um lugar de máximo desamparo e sem nenhum acesso à justiça. É vítima não só da violência machista, mas também da violência institucional do próprio Estado e da Justiça, que a sujeitou a uma revitimização sistemática e a condenou a prisão perpétua. Sim, a mesma sentença imposta a alguns repressores da ditadura, enquanto muitos outros genocidas e policiais assassinos seguem impunes.

Marcelina: discriminação e xenofobia

Marcelina Meneses era boliviana. Em 10 de Janeiro viajava na Línea Roca de Trenes Metropolitanos (TMR) para levar seu filho Josua, de 10 meses, ao Hospital Finocchietto. Após um ataque xenofóbico por partes de alguns passageiros, foram empurrados do trem, caíram e morreram os dois.

Houve apenas uma testemunha que falou sobre o caso: Julio Cesar Giménez. Em seu relato,

Marcelina estava parada em direção à porta com seu bebê nas costas e carregando sacolas (ninguém lhe deu um assento no trajeto). Acomodando-se para se preparar para sair, esbarrou uma das sacolas em um que passageiro que gritou “Boliviana de merda! Não olha pra onde vai?!”. Giménez interferiu dizendo que tenham mais cuidado porque era uma senhora com um bebê. E um segundo passageiro completou “O que você está defendendo? Se esses bolivianos vêm roubar nossos empregos. Igual os paraguaios e os peruanos”, outros passageiros se juntaram aos insultos xenófobos. Segundo o relato, apareceu um guarda que se aproximou até escutar a discussão e os insultos xenófobos e culpou “os bolivianos” de “fazer um quilombo sempre”. Sobre o assassinato de Marcelina e Josua disse: “Foi uma coisa de segundos. Se havia somado outras pessoas. Houveram mais insultos e escutou-se: - Ui, Daniel, puta que pariu, você a empurrou” (Página/12, 2/6/2001).

Giménez declarou também que duas pessoas da empresa lhe ofereceram dinheiro, doações para sua colaboração e trabalho para que mudasse sua declaração, usando o mesmo argumento que os passageiros: “Você sabe que TMR emprega muita gente. A migração dos bolivianos tiram o trabalho dos argentinos, o seu trabalho, o do seus pais, de todos”. Justificando o ataque xenofóbico e tentando romper, já que a TMR desde o começo sustentou que Meneses havia sido atingida de raspão pelo trem enquanto caminhada

nos trilhos. O legislativo portenho sancionou a lei Nº 4409 de 10 de janeiro como o Dia das Mulheres Migrantes, em memória de Marcelina Meneses, mas seus assassinatos continuam impunes.

[1] Informe sobre las migraciones en el mundo 2015. Organización Internacional para las Migraciones (OIM).

[2] Ver Picón, A. y Ajuacho, M. “Pocos derechos, muchas fronteras”, IdZ 6 diciembre 2013.

[3] Las mujeres migrantes y la violencia de género Aportes para la reflexión y la intervención. Organización Internacional para las Migraciones (OIM)/ Ministerio de Desarrollo Social del Gobierno de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2014.

[4] Ídem.

[5] Recomendación General Nº 26 Sobre las trabajadoras migratorias de la Convención sobre la eliminación de todas las formas de discriminación contra la mujer (CEDAW según sus siglas en ingles).

[6] Ortega, L., “Entre la feminización del trabajo y la precarización”, IdZ 20, junio 2015.

[7] El progreso de las mujeres en el mundo 2015-2016: Transformar las economías para realizar los derechos, ONU Mujeres, 2015.

[8] Ídem.

[9] Para ampliar ver Murillo, C. “Trabajo doméstico, femenino y no remunerado” IdZ 20, junio 2015.

[10] Fernández, M. I. y Legnazzi, L., Mujeres en la industria textil. De la fábrica al taller clandestino, Buenos Aires, Biblos, 2012.

[11] El progreso de las mujeres en el mundo 2015- 2016, ob. cit.

[12] Para ampliar ver Picón y Ajuacho, ob.cit.

[13] Carta del 9 de abril de 1870 a Meyer y Vogt.

Fonte: <http://www.esquerdadiario.com.br/Opressoes-sem-fronteiras-para-as-mulheres-migrantes> - 04.08.2016

Mulheres Invisíveis: "Não tem vaga para haitiana, só para brasileira"

Angena veio ao Brasil para ajudar o marido a juntar dinheiro e enviar aos quatro filhos que ficaram no Haiti. Assim como Micheline e Cátia. Sadiga já havia deixado o Sudão, vivido no Líbano, antes de o marido ser transferido ao Brasil. Arame se lançou sozinha no caminho do Senegal até aqui. Cleda sustentava os seis filhos com um mercadinho no Haiti, mas queria mais para eles. Domingas também. E Lourdes, Basília e Marta. Todas mulheres que imigraram de suas terras para conseguir uma vida melhor trabalhando. Mas, como dizia Tom Jobim, o Brasil não é – nem nunca foi – para principiantes.

Fernanda Canofre.

A recessão no mercado de trabalho, a alta do dólar, misturados a uma xenofobia mal-disfarçada acaba afetando diretamente essas mulheres quando tentam o sonho numa terra distante. Enquanto homens acabam arranjando emprego em construção civil ou no mercado informal, para as mulheres não sobra nada. Há oito meses no Brasil, a haitiana Angena Joseph, não encontrou nenhum tipo de emprego. “Dizem que não tem vaga para haitiana, só para brasileira”, conta ela que admite já ter sentido o racismo à brasileira

caminhando nas ruas de Caxias do Sul e durante as entrevistas de trabalho. Tendo de optar entre pagar aluguel e comida ou enviar dinheiro para os quatro filhos, Angena e o marido dependem da ajuda prestada por vizinhos e por organizações como o Centro de Atendimento ao Migrante (CAM), das Irmãs Scalabrinianas.

Sua conterrânea Cleda Incharles também. Mãe solteira, Cleda sustentava os seis filhos – com idades entre 18 e um ano – com um mercado de pequeno porte em Porto Príncipe. Mas as

perspectivas de futuro no país que ainda sofre as consequências do terremoto de 2010 sempre foram escassas. Assim, quando ouviu alguém vendendo a promessa de trabalho bem remunerado, oferecido aos montes no Brasil, Cleda vendeu tudo o que tinha e comprou o bilhete. Após oito meses aqui, ainda não encontrou nada. Correu atrás de toda vaga encontrada em classificados, sugeridas por organizações, em agências de emprego, mas a resposta sempre é a mesma: há vaga, mas não para haitianos. O contato com a família tem ficado cada vez mais raro. Ligações telefônicas saem caro e internet não é de fácil acesso no Haiti. Vencendo as dificuldades com o português, ela conta que tem um tio em Santa Catarina e está tentando juntar R\$ 130 reais para pagar a passagem de ônibus de Caxias a Brusque. “Se eu conseguir chegar lá, ele me ajuda. Mas como vou fazer se não tenho nem para comer?”.

Segundo Juliana Camelo, que trabalha com imigrantes no CAM, o centro já atendeu mulheres haitianas, dominicanas, argentinas, uruguaias, senegalesas, colombianas. Todas buscam informações sobre questões de documentação e emprego. Com o aumento da demanda, em agosto, o local passou a organizar reuniões mensais só de mulheres para responder dúvidas, compartilhar as dificuldades e oferecer apoio a elas. “Essas mulheres vieram até aqui para buscar trabalho, para buscar aulas de português. Na primeira [reunião] a gente viu que tinha necessidade de explicar a questão da documentação porque tinha bastante indignação em relação a vinda do Haiti para o Brasil. A promessa de que iriam ter muito dinheiro. Muitas delas chegaram aqui e não encontraram trabalho”, explica.

Juliana relata que a dificuldade de encontrar empregos em Caxias não tem sido exclusividade das mulheres, ainda que elas sejam as mais afetadas. Muitas delas estão há mais de um ano sem retorno algum. “Até antes desse ano havia mais vagas, tinha muitos haitianos trabalhando nas empresas, muitos elogios, mas quando as empresas começaram a diminuir as atividades, as primeiras pessoas que saíram foram os imigrantes. Nessa situação acontece muito, ‘não tenho quase vagas, não vou contratar imigrantes’”, diz.

Onde estão as mulheres?

A invisibilidade das mulheres no contexto migratório tem muito a ver com o olhar direcionado pela mídia e pela sociedade. Enquanto os homens se inserem no mercado de trabalho e no espaço público, a elas cabe o

espaço privado de casa – seja a sua ou de patrões. Ou seja, ainda que contribuam com a renda familiar e sejam trabalhadoras migrantes, elas seguem sendo pouco visíveis. Essa questão se acentuou depois das ondas migratórias dos anos 1960, quando os chamados serviços de cuidado – trabalho doméstico, cuidados de idosos, baby sitters – passaram a demandar mão-de-obra feminina em todo o mundo.

Imigrações de brasileiras à Europa, filipinas aos Estados Unidos, bolivianas e peruanas dentro da América do Sul se tornaram cada vez mais comuns para atender a essa demanda. “Vai se criando nichos de mercado de trabalho para esses grupos de imigrantes. Elas cuidam nos Estados Unidos das casas e dos filhos dos outros, enquanto pagam alguém nos seus países para cuidar dos filhos delas. É um rede internacional de cuidados, mas que também é de precarização do trabalho. Na maior parte destes países, as mulheres têm mais dificuldade de legalização, não têm direitos trabalhistas, etc”, explica a pesquisadora da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Gláucia Assis. Ela chama atenção ainda para outro detalhe: quanto maior a situação de desespero destas mulheres, mais suscetíveis elas estão a trabalhos precários e baixa remuneração.

A história da dominicana Domingas ilustra bem esta questão. Domingas veio ao Brasil em 2013 encontrar o companheiro haitiano que já vivia no país há três anos. Depois do terremoto que devastou o Haiti em 2010, ele recebeu a oportunidade de um visto humanitário e resolveu aceitar. Domingas, no entanto, enfrentou todos os tipos de dificuldade com seus papéis. Segundo ela, na Polícia Federal chegou a ouvir de agentes que “seria melhor ela voltar ao seu país”. “Os dominicanos aqui não têm direitos, não têm nada. A Polícia Federal trata mal os dominicanos”, diz ainda. A saída foi assinar uma união estável e ter direito ao visto do marido para residência permanente.

O tempo em que ficou sem papéis, no entanto, fez com que Domingas tivesse de aceitar qualquer trabalho que aparecia e ter medo de denunciar ou ter contato com a polícia. Foi assim que durante oito meses, para conseguir mandar algum dinheiro aos filhos e à mãe que dependiam dela na República Dominicana, Domingas viveu em uma chácara no interior de Caxias. Sua função, sem nenhum documento assinado, era de caseira mas ela também cuidava de animais, consertava problemas na casa e era encarregada de uma série de outras questões do local. Além disso, tinha de estar sempre disponível. A remuneração era menor que um salário mínimo e

não havia nenhum direito trabalhista. A solidão era o mais difícil: “Todo mundo ia embora e me deixavam nesse deserto. Uma pessoa fica louca”.

Assim que seu visto foi aprovado, Domingas partiu da chácara para buscar um trabalho de carteira assinada. Ela estava feliz que enfim teria um horário normal para cumprir e estaria vivendo com o marido. O primeiro carimbo em sua carteira foi de uma filial da JBS, empresa especializada no mercado de carnes e dona da Friboi, em Caxias do Sul. Domingas era uma das únicas mulheres em seu setor, em uma proporção de 50 homens para uma mulher, segundo ela. Era a única estrangeira. No primeiro mês de trabalho, um acidente quase lhe custou o braço esquerdo. Graças a um colega senegalês que parou a máquina a tempo, Domingas escapou com um ferimento no tendão e uma cicatriz de 4cm. A empresa a dispensou sem nenhuma compensação. A dominicana não conseguiu nem ajuda de custo com o tratamento. “A gente fica frustrado, fica triste. Eu fico sofrendo desse braço, porque foi o tendão, fico com dor”, diz.

Atualmente ela trabalha em uma casa de família onde acertou desde cedo seus direitos com a patroa, uma professora aposentada. Domingas também entrou com um processo trabalhista contra a empresa. Este ano ela conseguiu reunir a família toda no Brasil, o problema é que ainda está longe de ter o dinheiro para encaminhar os papéis de visto de todos aqui. “A situação está muito complicada, mas não temos R\$ 6 ou 7 mil para voltar para casa. Tem que sofrer e aguentar”, conta. A terra onde o marido parecia estar indo bem até 2013 deixou de ser seu sonho.

Boas vindas é questão de cor

A migração dos chamados “novos rostos” – imigrantes vindos da América Central, África e sudeste da Ásia – aumentou no Brasil nos últimos anos. Isso revelou uma faceta dos próprios brasileiros inerente a outros fluxos migratórios anteriores. A xenofobia que quase não se apresentava, veio acompanhada de racismo à brasileira.

Em entrevista ao portal Opera Mundi, Gustavo Barreto, pesquisador e autor de “Dois Séculos de Imigração no Brasil: A Construção da Identidade e do Papel dos Estrangeiros pela Imprensa entre 1808 e 2015”, salientou essa questão. “Se for um imigrante ‘aceitável’, como os europeus, ele vai aparecer em geral por aspectos tidos como culturais ou pelos dotes empresariais. Se não for ‘aceitável’, vira notícia pelo crime, pelos problemas sociais que enfrentam. Uma leva de haitianos é considerada uma ‘invasão’ e a mesma

leva de espanhóis é considerada um ‘movimento migratório’”, analisou.

Em um editorial publicado em outubro, em meio à crise de refugiados na Europa, o jornal norte-americano The Atlantic defendeu que “livrar-se das fronteiras” poderia ser uma oportunidade para o desenvolvimento econômico em todo o mundo. Para Alex Tabrrok, autor do texto, “diferenças de salário são uma métrica reveladora da fronteira de discriminação. Quando um imigrante de um país pobre se muda para um país rico, seu salário pode dobrar, triplicar ou aumentar em até dez vezes. Estas diferenças extremas refletem as mesmas restrições que separavam legalmente brancos e negros durante o apartheid na África do Sul”. O texto segue ainda dizendo: “Mesmo aumentos relativamente pequenos nos fluxos migratórios podem trazer benefícios enormes. Se o mundo desenvolvido recebesse imigrantes suficientes para aumentar sua força de trabalho por mero 1%, a estimativa é que o valor econômico adicional criado seria mais valioso para os migrantes do que toda a ajuda internacional combinada. Imigração é o melhor programa anti-pobreza já criado”.

Ao conversar com imigrantes em geral é comum encontrar relatos de discriminação no mercado de trabalho. Mulheres não são exceção. A dominicana Micheline, por exemplo, que veio ao país para encontrar o marido já empregado na construção civil até conseguiu emprego quando chegou. Sem falar direito o português, Micheline foi trabalhar como diarista em uma empresa que terceiriza serviços de limpeza em Caxias. Porém, quando a recessão chegou foi uma das primeiras a ser mandada embora. “Eu perguntava porquê, dizia que não podia ficar sem o emprego, mas o meu chefe pediu desculpas e disse que não tinha o que fazer”, lamenta. Agora, ela está prestes a completar um ano sem encontrar outra vaga.

A senegalesa Arame passou por uma situação parecida, há quatro anos, quando descobriu que estava grávida. Depois de vir sozinha ao Brasil, conheceu um conterrâneo aqui e se apaixonou. Em poucos meses estavam morando juntos e Arame esperava o primeiro filho. Com dois meses de gravidez ela comunicou ao gerente do restaurante onde trabalhava como auxiliar de cozinha, em Passo Fundo. Em poucas semanas, com uma desculpa de reestruturação, Arame foi dispensada. Ela não conhecia seus direitos para contestar. Teve de esperar o resto da gravidez em casa até poder buscar trabalho outra vez.

Hoje ela está empregada na lavanderia de um hospital na cidade. O local não tem creche para deixar o filho. Porém, ela conta que seu chefe de setor foi compreensivo e alterou os horários dela

nos fins de semana para que ela possa tomar conta do pequeno quando a escola pública que ele frequenta está fechada.

As sem-direitos

Sem conhecer a legislação trabalhista do Brasil, com dificuldade no idioma e determinados a manter o emprego, muitos imigrantes acabam se sujeitando a violações no ambiente de trabalho. A discriminação não vem apenas dos contratantes – que muitas vezes ligam para os centros de assistência atrás de “mão-de-obra barata” – mas dos próprios colegas. “As coisas mais pesadas sempre deixam aos estrangeiros”, conta a dominicana Lourdes, que já passou por pelo menos cinco empregos e em todos trabalhava mais que as colegas brasileiras.

Sua companheira de casa, Marta, sentiu na pele a discriminação. Natural de Samaná, uma praia paradisíaca que serve como cartão-postal da República Dominicana, Marta trabalhava como massagista em resorts de luxo. Ainda assim, estava difícil sustentar sozinha os três filhos e ela se preocupava com as oportunidades que eles teriam quando adultos. Uma das filhas está terminando a faculdade de Medicina. Foi essa a razão que a levou a migrar, determinada a buscá-los assim que conseguisse uma vida estável.

Primeiro Marta foi parar no Uruguai, país onde os dominicanos têm despontado como população migrante majoritária nos últimos anos. Depois de um mês em Montevidéu, em pleno inverno, sem conseguir emprego, e gastando todas suas economias entre aluguel e alimentação, entrou em contato com outras dominicanas que estavam conseguindo manejar a vida em Porto Alegre. “Eu não conseguia sair na rua, ficava só na cama deitada. E lá tudo é bastante caro”, conta ela, que pagava 4 mil pesos uruguaios, cerca de R\$ 400, por um mês de pensão em um quarto compartilhado com outras pessoas. Cansada, ela decidiu vir ao Brasil.

Em pouco tempo, Marta conseguiu dois empregos para mandar dinheiro para a família. Há dois anos, com as novas migrações chegando a um pico, imigrantes e refugiados encontravam facilmente ofertas de emprego no Brasil. Mas isso foi mudando. Marta teve de deixar um dos empregos, seguiu como auxiliar de cozinha em uma lanchonete no bairro Cavalhada. As mãos de massagista foram aos poucos perdendo a

delicadeza enterradas nos pesados produtos de limpeza. A lanchonete, no entanto, prosperou. O dono conseguiu ampliar o espaço, o número de clientes e deu aumento para os funcionários. Menos para Marta. Para ela, o gerente veio com uma proposta que pensou que ela não poderia recusar. Apesar de todos receberem o aumento que quase dobrou o salário, para ela ele não poderia pagar esse valor. A proposta era de que Marta assinasse os recibos como se estivesse recebendo o valor reajustado, mas seguisse com o salário de R\$ 1 mil. Ela não aceitou. “Trabalho tanto ou mais que qualquer um lá. Fico até tarde. Por que eu tenho de ganhar menos? Não é certo”, disse ainda tremendo de indignação com o que aconteceu.

O chefe então resolveu dar o aviso de 30 dias. Marta foi mandada embora depois de um ano e quatro meses sem reclamações na função. No último mês no emprego, sobrou para ela ensinar o jovem que vai substituí-la. Marta ainda não sabe onde ou quando conseguirá outro trabalho. Com a data assinada errada na carteira – o empregador colocou sua entrada em 2010 – ela deve enfrentar dificuldades inclusive para ter acesso ao seguro-desemprego.

Nem a carteira assinada serve como garantia de cumprimento de direitos. Geralmente os contratos são assinados sem nenhuma tradução ou entendimento por parte dos trabalhadores daquilo a que estão se submetendo. Se isso já é complicado na relação com grandes empresas, em ambientes como domicílios fica ainda mais camuflado. Exigir a tradução dos contratos para o idioma do trabalhador é apenas o início da solução para a questão e deve ser cobrado em breve, segundo debate de instituições durante o seminário do Fórum de Mobilidade Humana ocorrido em outubro, em Porto Alegre.

No mesmo evento, o haitiano Jean disse porque veio ao Brasil: “Eu fui pobre e não quero que meu filho seja pobre. Por isso tive que ir embora”. Para as mulheres, a questão dói ainda mais: “Filho é uma parte da gente. Sem eles, não se está inteiro aqui”, diz Angena. Ninguém deixa a sua terra facilmente. Quem migra quer uma vida melhor. O problema é que, muitas vezes, o preço que se cobra por ela pode ser alto demais.

Fonte: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/549209-mulheres-invisiveis-qnao-tem-vaga-para-haitiana-so-para-brasileiraq> - 19.11.2016

ENGLISH

Europe migrant crisis: we are delivering refugee women to pimps

“O hear us when we cry to thee, For those in peril on the sea.” I was reminded of the words of the naval hymn while reading last week about the heroic work of Cristina Cattaneo, an Italian pathologist who has been conducting post-mortems on the 900 or so migrants who drowned last year in the Mediterranean after colliding with a rescue boat.

It is her job to identify their remains as best she can using DNA testing or, where possible, by superimposing their skulls on smiling Facebook pictures showing the deceased full of hope. She and her colleagues still have 160 body bags to open, most of them of young men. It is a horrifying task.

This tragedy, the worst migrant shipwreck in history, took place early in the last year when the boats crossing the Med were heaving with men. Rescue workers found bodies packed five to a metre with a dozen more stuffed below in the bilge, much as human cargo was packed on to ships during the 18th-century transatlantic slave trade.

Today we’re seeing thousands of women joining the migrant trail. While the boats are still crammed with men, more and more young women are on board, huddled and segregated to one side. At first I didn’t know what to make of these images. Now I do. What we’re witnessing is the rise of a vast new slave trade in women.

In most cases the sole purpose of the women’s journey is to work as prostitutes in Europe. These women, mostly from Nigeria, are not only servicing local customers in Europe, but more particularly the vast numbers of lone men who have been arriving by the boatload ahead of them. As ever, poverty is the push factor; the pull factor is the sex trade, which is growing exponentially to cater for the demands of so many men.

The risks these women are taking are immense. Earlier this month a *Medicins Sans Frontieres* boat called *Dignity 1*, acting in concert with the Irish navy, rescued 70 young women, many of them Nigerian, from a sea blazing with burning fuel. Others, with names such as *Fate* and *Joy*, didn’t make it.

It wasn’t the “angry tumult” of the sea, as the hymn puts it, which was responsible for their deaths. The rubber dinghy carrying them had

been deliberately slashed by the people traffickers.

Those on board had been told the rescue ships were all part and parcel of the “smuggling service” — and that’s true. We are absolutely integral to a vast trade in misery that extends from the heart of Africa into Europe.

The sea voyage is only one part of the women’s ordeal, which often begins with rapes and beatings to soften them up for the life ahead.

The journey to the coast can itself take up to two years as they are terrorised in transit camps across the Sahara. This more than anything explains why there are so many pregnant women and babies on the boats — and why those who are rescued often bear scars on their arms and legs.

As soon as the women land in Europe they disappear from the refugee camps and begin plying their trade. Because their customers are so poor, their earnings are pitiful, even by the standards of the sex industry. Yet they are expected to pay back not only the \$1100 or so for the dangerous boat ride but also the “cost” of the entire journey from home, often put at \$50,000 or more. They can never escape the traffickers.

Blessing Ighodaro, revealed how she was told by her handlers on arrival in Italy that “I should put on some sexy clothes. I go out there, look for money. You know you have to ... The first day, I have €120 (\$174). Is that how I am going to pay €35,000?”

It is all an unrelenting, non-stop horror show. Yet with every sea rescue we are colluding in this evil trade. The International Organisation for Migration estimates that 80 per cent of Nigerian women crossing the Med are being coerced into prostitution.

They’re not coming from their war-torn northeast, where Boko Haram inspires terror, but from the southern state of Edo and its capital, Benin City, where sex trafficking is a way of life.

Last week Kevin Hyland, the anti-slavery commissioner appointed by British Prime Minister Theresa May, released his first annual report. In it he cites a Nigerian study that reveals 98 per cent of victims rescued from sex trafficking are from this benighted corner of the country. Last year, according to his report, 5633 Nigerian women and

girls arrived by sea — a fourfold increase on the previous year. The numbers have risen further this year.

Some women think they will be working in Europe as hairdressers, nannies or cleaners, but most of them know what the job involves — they just hope they will be able to break free eventually and earn a little money for their families.

The really difficult question is whether we, together with other European navies, should prevent the boats from leaving northern Africa.

Reluctantly, I'm coming around to this view. We mustn't stop rescuing those in danger of drowning but we are not obliged to be the servants of pimps and sex traders.

If the boats are prevented from arriving, there is no incentive to set off on the terrible journey. It's tough love — but let's not fool ourselves that we are "saving" women by lifting them out of the water.

Fonte: <http://www.csem.org.br/noticia/5163-europe-migrant-crisis-we-are-delivering-refugee-women-to-pimps> - 17.10.2016

Empowering women and girl migrants and refugees

Lakshmi Puri

On 19 September 2016, Heads of State and Government will address the issues surrounding large movements of refugees and migrants and endorse a set of commitments and a global agenda for the future when they formally adopt the New York Declaration for Refugees and Migrants.

Ensuring gender equality, the empowerment of all women and girls and the realization of their human rights, must be a central driving force of the historic opportunity in addressing the largest movement of refugees and migrants since the Second World War.

Women make up approximately half of the 244 million international migrants and 21 million refugees worldwide. As both migrants and refugees, women have specific needs and vulnerabilities. They are often forced to move by root causes such as conflict, poverty and inequality, and face a series of challenges which include psychosocial stress and trauma, health complications, physical harm and risk of exploitation. They often become separated from their families, and refugee women and adolescent girls can find themselves unexpectedly as head of a household.

Displaced and migrant women and girls are commonly subject to multiple and intersecting forms of discrimination. On top of gender-based discrimination, they may be targeted on additional grounds such as race, disability or belonging to a minority group. This discrimination limits women's access to basic services and to decision-making processes, affecting their interactions within their households or communities, in the labor market, as well as their mobility - within and outside their countries of origin. Their voice and participation is frequently constrained and the risk of sexual and

gender-based violence, an ever-present reality for all women worldwide, significantly increases.

Despite discrimination and risks, women migrants and refugees contribute in important ways to the well-being of their countries of origin, destination and transit. They bring energy, innovation and cultural diversity to their new communities. As migrants, they fill key gaps in employment, contributing to keeping the economies of their countries of destination vibrant and productive. In their home countries, their remittances are a very important source of income for their families and boost productive activities, in addition to the new skills which they can utilize at home upon return. As refugees, they protect and provide for their families, securing education for children, health care for all family members, and finding ways to earn or increase their income. These news roles that women, and oftentimes adolescent girls take on, can represent an opportunity for transformative change towards gender equality and women and girls gaining greater control over their lives and their futures. Women on the move must be seen as rights-holders and agents of development rather than as security threats.

The New York Declaration provides a good starting point for a gender-responsive action agenda for addressing large movements of migrants and refugees. The Declaration commits UN Member States in ensuring that the "responses to large movements of refugees and migrants mainstream a gender perspective, promote gender equality and the empowerment of all women and girls, and fully respect and protect the human rights of women and girls." The Declaration vows to take into consideration the different needs, vulnerabilities and capacities of women, girls, boys, and men, and commits to tackling the multiple and intersecting forms of

discrimination against refugee and migrant women and girls. More importantly, recognizing the significant contribution and leadership of women in refugee and migrant communities, there is a commitment to work to ensure women's full, equal and meaningful participation in the development of local solutions and opportunities.

The Declaration's Annexes that will govern actions in the coming years on refugees and migrants set the stage for addressing the rights, needs and vulnerabilities of women and girl refugees and migrants and pave the way for their contributions to development and solutions through their meaningful participation in decision-making. They build on and expand global leaders' 2015 commitments to sustainable development for all in the 2030 Agenda for Sustainable Development.

At UN Women we are encouraged by the commitments that are captured in the New York Declaration for Refugees and Migrants and the Annexes.

In the coming months, as the debate continues and the Global Compact on Migration and the Global Compact on Refugees are discussed, let us work together to raise awareness and advocate for these Global Compacts to tap women's agency; include them in program design and decision-making that affects their lives; and engage them in crafting a global solution to ensure that their needs are addressed and their human rights upheld. To combat sexual and

gender-based violence and ensure that services and resources are readily accessible to victims; to provide basic services for migrant and refugee women and girls including cash programming and safe and decent economic opportunities to allow them to support themselves; and ensure that proper resources for these are allocated.

In the follow-up to the UN Summit for Refugees and Migrants, and particularly in the context of the consultations and negotiations towards the two Global Compacts to be adopted in 2018, the voices, participation and leadership of women from migrant and refugee communities will be the key to address and meet their specific psychosocial, health, and gender-specific needs.

No single state can manage large movements of refugees and migrants alone. We hold a shared responsibility to take a global approach to addressing large movements of migrants and refugees and to do so in a human rights-based and gender-responsive manner.

In the context of the 2030 Agenda for Sustainable Development and building on the global commitments of the UN Summit for Refugees and Migrants, gender equality must be an important part of the strategy in every way. Let us work together to protect and empower all women and girls on the move.

Fonte: http://www.huffingtonpost.com/lakshmi-puri/empowering-women-and-girl_b_12029952.html -15.09.2016

Opportunity over Hopelessness: Syrian Women's Impact on Peace

Brita Fernandez Schmidt

As a result of five years of conflict, an estimated 5.4million Syrians have fled their home country. An estimated 250,000 Syrian refugees have found some security in the semi-autonomous Kurdistan Region of Iraq (KRI), and this figure increases daily. Combined with an influx of internally displaced people (IDPs) fleeing the violence in Iraq, the KRI has seen a population increase of nearly 28% (UNHCR). Although the host community has extended a hand of welcome to those seeking refuge, the World Bank is warning that this has placed unsustainable strains on the resources of the region.

But these figures and the enormity of the crisis detract from the daily struggle and fear faced by women, who make up the majority of refugees and IDPs. Recent research by UN Women found that 82% of Syrian women refugees in the KRI lived in fear of abuse inside and outside the home.

When asked how they could feel safer, 30% said if they could earn an income to relieve financial pressures; 16% said men's behaviour needed to change; and 14% said they would feel safer if their household needs were met.

Last month, the UK hosted an international conference to mobilise funds to support Syrians affected by the conflict. Before the main conference, we heard from Syrian civil society groups about just how desperate the situation is. Women's groups told us of parents who sent their boys to join armed opposition groups because they felt it was less risky than staying at home waiting for bombs to drop. They told us of the 'meat markets' in border towns where young Syrian brides are 'sold' by hopeless parents trying to get their daughters over the border' as well as by traffickers.

This mirrors the scenes we see on our TV screens - too many people in tiny boats crossing dangerous waters, with more and more doors being shut in their faces. On the eve of the London conference, the peace talks in Geneva were suspended.

It is easy to look at what is happening in Syria and lose hope.

This dark hour for Syria is a crucial moment for a more inclusive and equal future after peace comes, however late. Peace negotiations are windows of opportunity to build space for women's voices - ensuring greater representation and diversity in the peace talks that move beyond men and guns and borders to include social issues. As a result of conflict, women become heads of households, responsible for protecting and providing for themselves and their children with next to nothing in hand. Yet they bring enormous resilience to the task of survival, stepping courageously outside traditional roles to keep their families afloat.

In response to the crisis and the needs of women, Women for Women International is supporting local women's organisations in the KRI to work with Syrian refugees, Iraqi IDPs and Yezidi women to provide psycho-social support and start up kits for business women. We are also working with men to support them to become advocates for gender equality and reach other men in the communities where they live. With more than twenty years' of experience, we know how important it is to listen to women, adapt to their needs and reach out to them when there is sufficient stability to begin more long-term work. Women do not wait for peace agreements to start

rebuilding their lives so why should we wait to support them?

The women we are working with in the KRI, and in the other conflict-affected countries where we work, are inspiring - they are determined women who deserve our respect and our support.

They also deserve to be heard - in their local communities and at the peace talks. In the same week of the London conference, and just before the talks were suspended, the UN Special Envoy for Syria established an independent Women's Advisory Board to be composed of a group of 12 women chosen by several Syrian women organisations via their own consultative process. The Special Envoy also issued invitations to Syrian women and civil society organisations to attend the peace talks in Geneva. The ceasefire that began in late February is the fragile foundation for the new round of talks expected to begin imminently. It is vital that the women's civil society organisations and the Women's Advisory Board promised last month are present, effective and supported so that they are heard in the discussions and not just on so-called "women's issues".

Syrian women's participation in building peace is not just about seats in Geneva but must reach out to a broad and diverse range of women's groups working with Syrian women affected by the conflict, providing both humanitarian assistance and long-term support to help women's economic and social participation. Simply put, stronger women build stronger nations.

Fonte: http://www.huffingtonpost.co.uk/brita-fernandez-schmidt/syria-anniversary-women-peace_b_9416160.html - 14.03.2016

One in six domestic workers in HK in forced labor: study

A study has suggested that one in six migrant domestic workers (MDWs) in Hong Kong is a victim of forced labor and that a significant proportion of such workers may have been trafficked.

About 17 percent of MDWs surveyed fulfilled the criteria to be counted as victims of forced labor, according to Justice Centre Hong Kong, a non-profit human rights organization in the city.

Extrapolated to the general population of 336,600 registered MDWs in Hong Kong, it suggests that over 50,000 migrant domestic workers in the city may be in forced labor, the rights group said on Tuesday.

Of those in forced labor, the study found that 14 percent – 1 in 7 of those in forced labor – were trafficked.

MDWs from Indonesia are 70.5 percent more likely to be in forced labor than workers from other countries of origin.

For its survey, Justice Centre interviewed 1,003 MDWs in Hong Kong between April and May last year.

Two thirds of MDWs surveyed show strong signs of exploitation but are not in forced labor, while about 11.3 percent show medium signs of exploitation.

Only 5.4 percent of MDWs surveyed did not show any signs of exploitation, according to a report released by the Justice Centre.

The average working hours among all respondents was more than 70 hours a week. Over one-third of respondents were not given a full 24-hour rest period per week as per the requirement under Hong Kong law.

“The survey findings provide much-needed evidence to push for policy and legislative change around forced labor, human trafficking and domestic worker rights in Hong Kong. Hong Kong must come clean and acknowledge these problems; it can no longer afford to simply sweep them under the carpet,” said Piya Muqit, executive director of Justice Centre.

The rights group called on the Hong Kong government to take action to address the underlying issues behind the problems identified in the report.

“Forced labor does not always involve physical violence; there are many tools of coercion and deception,” Victoria Wisniewski Otero, co-author of the report and Advocacy and Campaigns Manager at Justice Centre Hong Kong, said at a media briefing Tuesday.

“The findings show that many MDWs’ rights – as workers and human beings – are not being respected and protected. Varying degrees of exploitation – from minor labor offences to forced labor – are all too commonplace,” she said.

Democratic Party Chairwoman Emily Lau Wai-hing said the government should take measures to ensure that domestic workers work safely and happily in Hong Kong.

Government officials should directly talk to the home countries of incoming domestic workers in order to set up systems to trim down agency fees, Lau said.

She also called for the establishment of an official channel for employers and domestic workers to settle their disputes.

Heavy debt

About 35 percent of all respondents had debt-to-income ratios equal to or in excess of 30 percent of their reported annual income, according to the Justice Centre survey.

These MDWs are six times more likely to be in forced labor than MDWs with lower debt levels.

“Forced labor is not only about the employee-employer relationship. In fact, our study shows that excessive recruitment debt was the biggest predictor of whether someone would be vulnerable to forced labor,” Wisniewski Otero said.

Unscrupulous recruitment and placement agencies, brokers and moneylenders are contributing to the problem.

Lack of adequate regulation and the absence of stiff penalties on the agencies that overcharge is having a detrimental impact on MDWs, she added.

Eni Lestari, chairperson of the International Migrants Alliance, said Hong Kong must change its law to ensure that MDWs will be protected if they file cases against their employers.

Lestari said the penalty for those who abuse their domestic helpers should be increased. She noted that the abusive former employer of Indonesian domestic worker Erwiana Sulistyaningsih was only sentenced to six years in jail.

Doris Lee, founder and chair of Open Door, an association of Hong Kong employers and citizens which aims to promote support for domestic workers’ rights, said the law should be amended to regulate the agency companies.

Leo Tang Kin-wa, organizing secretary of Hong Kong Confederation of Trade Unions, said the government should provide more education to MDWs so that they are aware of their legal rights in the city.

Fonte: <http://www.csem.org.br/noticia/4442-one-in-six-domestic-workers-in-hk-in-forced-labor-study> - 06.05.2016

Human rights of refugee and migrant women and girls need to be better protected

Nils Muižnieks

For the first time since the beginning of the refugee and migrant crisis in Europe, women and children on the move outnumber adult men. While in 2015 about 70 % of the population on the move were men, women and children now make up nearly 60% of refugees and other migrants crossing into Europe. This also means that more

women and children risk and lose their lives in the Mediterranean Sea and on the land routes to Europe. Of more than 360 persons who died in the Mediterranean in January 2016, one third were women and children. In February this year a woman and an adolescent girl were found dead

from the cold in the Bulgarian mountains close to the border with Turkey.

Female migration is not a new phenomenon but it is increasing, as is female refugees' and migrants' vulnerability to human trafficking, exploitation, discrimination and abuse. Single women travelling alone or with children, pregnant and nursing women, adolescent girls, and elderly women are among those who are particularly at risk and require a coordinated and effective protection response. Estimating that the current response to refugee and migrant women and children's needs by governments, humanitarian actors and EU institutions has been insufficient, human rights organisations, including the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR) and women's rights organisations, have called for immediate action.

The hardship facing refugee and migrant women and girls

Many of these women and girls flee countries such as Syria and Afghanistan, where they were subject to persecution and sexual and gender-based violence, including war-related violence. Once uprooted, they hope to find safety and protection in neighbouring countries. However, in some of those countries they continue to experience human rights violations and discrimination. Amnesty International has reported on sexual violence and the exploitation of Syrian refugee women in Lebanon. It noted that refugee women who were the heads of their households and without an adult male relative were particularly at risk and had little or no protection or access to justice.

UNHCR, the United Nations Population Fund (UNFPA) and Women's Refugee Commission recently assessed protection risks for women and girls on their journey to Greece and onwards in Europe. They established that women and girls, especially those travelling alone, face particularly high risks of certain forms of violence, including sexual violence by smugglers, criminal groups and individuals in countries along the route. Concerns were expressed about the lack of awareness on the part of the authorities and humanitarian actors of the occurrence of sexual and gender-based violence affecting this group. This is also due to the lack of data on these crimes and the victims' reluctance to speak out about their experiences. Cases of sexual violence committed by guards in refugee reception/transit centres have also been reported, including on European soil.

The detention of migrant women, including pregnant women, is also of serious concern. It is deplorable that the use of immigration detention in

Europe has increased. Women are often held in detention together with men who are not members of their family. 'Hotspots' in Greece and Italy, envisaged initially as reception and registration centres for migrants, may in fact become detention centres with all the risks they carry for the female migrant population. The Strasbourg Court has found violations of the European Convention on Human Rights in several cases due to the substandard detention conditions in which migrant women, including pregnant women, were held.

There are increasing concerns about the lack of adequate reception conditions for refugees and migrants and its serious negative impact on refugee and migrant women's physical safety, dignity and health. I was informed about this problem at the Centre for Temporary Accommodation of migrants in Melilla (Spain) which I visited in 2014. There are efforts in Germany to provide separate housing and sufficient medical care for vulnerable groups, such as pregnant women and traumatised women, but in practice, this is not always possible due to the large numbers of persons in need. It is of serious concern that these unsatisfactory reception conditions generate violence, including sexual violence, against migrant women. The situation is particularly difficult in the Greek islands where reports suggest that reception conditions often fail to meet minimum standards.

The number of refugee and migrant women living in appalling conditions in shanty towns or squats in Calais in France and its region has been rising since 2009. They now represent about 14% of the mobile population present in the region. Doctors and volunteers from Gynécologie Sans Frontières who carry out visits to these places have witnessed the hardship that refugee and migrant women endure there, lacking basic living conditions and access to adequate health care, including reproductive health care. Cases of sexual violence against women including rape, in some cases causing pregnancy, were noted. However, most of these crimes go unreported for different reasons, including the victim's fear of reprisal. Médecins Sans Frontières has also reported inhuman living conditions for many pregnant migrant women in Greece.

Female refugee and migrants' access to justice and asylum

One important aspect of the protection of the human rights of refugee and migrant women, notably women victims of violence, is ensuring that they have effective access to justice. It is also crucial to reach out to those victims in need who

are not in a position to report the crimes. Refugee and migrant women in an irregular situation who are victims of violence or other abuse are in a particularly difficult situation as they may be reluctant to lodge a complaint. Particular attention should be paid to Roma migrant women and women with disabilities who may face additional barriers (including cultural ones) preventing them from reporting violence to the police and receiving adequate protection.

Asylum procedures need to be gender sensitive. This requires, *inter alia*, engaging more female interviewers and interpreters for asylum procedures. Useful practical guidance for national authorities and humanitarian workers in this field can be found in the UNHCR Handbook for the Protection of Women and Girls (2008) as well as in the IASC Gender Handbook.

The Parliamentary Assembly of the Council of Europe has recommended that member states take due account of gender-based violence and gender-related persecution in their asylum systems, beginning with the collection, analysis and publication of statistics and information on the issue.

In this context one should note that the Council of Europe Convention on preventing and combating violence against women and domestic violence (the Istanbul Convention) expressly provides for the protection of refugee women against violence. It requires that the parties to the Convention provide the legislative framework to recognise gender-based violence as a form of persecution in line with the UN Refugee Convention. Furthermore, states must develop gender-sensitive reception procedures and support services for asylum seekers. Also, the Convention provides that necessary legislative or other measures must ensure that migrant women victims of domestic violence whose residence status depends on that of the spouse or partner

are granted an autonomous residence permit, irrespective of the duration of the marriage or the relationship, in the event of its dissolution.

What needs to be done?

In general, more humane migration policies should be prioritised by all states. European countries have to facilitate safe passage and access to asylum, improve reception conditions, foster effective integration into host societies and ensure a fairer distribution of asylum seekers.

In developing and implementing these policies, particular attention should be paid to the situation of women, girls and children, notably the victims of sexual and gender-based violence. UNHCR, UNFPA and the Women's Refugee Commission have put forward a number of recommendations in this regard. They call for the establishment by states of a coordinated response system within and across borders that protects women and girls. States and EU agencies need to acknowledge the protection risks and put personnel and procedures in place specifically to prevent, identify, and respond to sexual and gender-based violence. In this regard, particular attention should be paid to female refugees and migrants' reluctance to report violence or to access services. Reception centres and accommodation facilities need to be safe, accessible and responsive to women and girls. Last but not least, it is crucial to prioritise women, children and survivors' of sexual and gender-based violence in family reunification procedures, as well as in relocation and resettlement schemes. Doing so would reduce incentives for these women and girls to move on by dangerous irregular means and reduce their exposure to sexual and gender-based violence.

Fonte: <https://www.neweurope.eu/article/human-rights-refugee-migrant-women-girls-need-better-protected/> - 08.03.2016

Women's safety a top reason for migration among the wealthy

Yafika Chitanda

What motivates wealthy people to migrate? A newly released report by New World Wealth identifies the treatment of women as one of the top reasons for migration.

Many wealthy people, the report says, "want to ensure that their daughters grow up in a safe environment."

Australia takes the top spot as the safest country for women worldwide. It is followed by New

Zealand, Canada, USA and Scotland. These countries have stringent laws in place for women abusers.

Women's safety in this study refers to safety from rape, assault, slavery, trafficking etc. and excludes broader issues such as gender equality and equal rights.

In Africa the safest countries for women are Mauritius, Botswana, Namibia, South Africa,

Kenya, Angola and Zambia, with Sudan, Libya, Mali and Somalia being the least safe places for women.

Factors that influence woman abuse are the size of free media, efficiency of law enforcement, value system, level of compassion shown by general population and financial security.

The report says that in future the safety of women will determine the long term prospects of a country.

“Countries with a good level of woman safety will outperform those with low levels of woman safety going forward” says the report.

Other issues the report found as reasons for wealthy people to migrate to a country are; schooling and education opportunities for their children, work transfers, business opportunities, taxes, healthcare system, religious and racial tensions, and lifestyle: climate, pollution, space, nature and scenery.

Fonte: <http://www.cnbcfranca.com/news/special-report/2016/07/20/women-safety-a-top-reason-for-migration-among-the-wealthy/>

20.07.2016

Women turned away from U.S., Mexico face particularly perilous trip home

Lisa Nikolau

As an increasing number of migrant women from Central America's 'Northern Triangle' – Guatemala, Honduras and El Salvador – are deported from the U.S. and Mexico, the International Organization of Migration (IOM) recommends that governments make a better effort to consider gender in their repatriation processes.

Apprehension rates at the U.S. border indicate that the number of men, women and families fleeing the Northern Triangle this year has not abated. Women constitute a rising percentage of these migrants, which, combined with stricter Mexico and U.S. border policies, has led to an increase in deportations of women.

Last year, Mexico extradited 36,568 women from the Northern Triangle, compared to 7,081 in 2012, according to a report released last week from the IOM. The U.S. deported 9,858 women from the Northern Triangle last year, compared to 6,749 in 2012.

Many of these women have been fleeing physical, social and economic violence in their home countries, which have some of the highest rates of homicide and femicide in the world. In El Salvador alone, the number of femicides increased 140 percent during the first third of 2016 compared to the same period last year.

The route is often perilous, particularly for women and minors. Humanitarian groups have repeatedly denounced sexual harassment, rape and other acts of gender-based violence against women passing through Mexico, and the IOM's study finds that for every 10 migrant women, between six and seven are raped on the way. Women are

also easier targets for human trafficking, kidnapping, extortion and other risks.

A recent study by Doctors Without Borders found that Central American migrants suffer from record levels of mental health problems upon reaching their destinations.

Many of these women are deported, and they return to their home countries in worse shape, human rights advocates said. The process of fleeing, suffering assault on that journey and returning home is isolating and dangerous, the advocates said. It is critical for the Northern Triangle to implement new measures to aid the reintegration of female returnees, according to Jorge Peraza, the manager of the IOM mission in El Salvador, Guatemala and Honduras.

For years, the migration of Central American women was attributed to the desire to join their romantic partners in North America, Peraza said, but more women now undertake the perilous journey as a solution of “empowerment” that allows them to escape violence and discrimination.

The IOM's study confirmed that repatriation processes in the Northern Triangle lack mechanisms to define how many women were victims of violence along the migration route, and fail to track, assist or support those women who tried to flee situations of domestic abuse and are forced to return home.

The study also found that women head more than 30 percent of households in Central America and play a key role in the region's social and economic development.

Guatemala, Honduras and El Salvador produce the greatest number of migrants to the United

States and Mexico. Nearly 3.2 million Central American migrants live in the United States, according to the IOM, and more than half are women.

Fonte: <http://www.humanosphere.org/human-rights/2016/11/women-turned-away-from-u-s-mexico-face-particularly-perilous-trip-home/>
08.11.2016

ESPAÑOL

Migración de Nicas a EE.UU. sigue creciendo

Un estudio denominado Migración y Remesas realizado por la organización NicasMigrante revela que las mujeres nicaragüenses migrantes son más responsables que los hombres, en cuanto a envío de remesas se refiere.

Martha Cranshaw, coordinadora de NicasMigrante, dijo en el programa televisivo Esta Noche, que el envío de remesas de las mujeres es más estable, sus montos son superiores y en ocasiones se hacen cargo de las necesidades extras de la familia.

“Las mujeres son más responsable en términos generales que los hombres. El envío que realizan es de hasta el 75 por ciento sobre sus ingresos, es decir que si una mujer gana 300 dólares al mes, delega la cantidad de 225. Si por ejemplo, un familiar está enfermo y en el país no hay condiciones para atenderlo, se encarga de llevarlo al país en el que ella está para ayudar. Ocurre con las personas que están en Costa Rica u Honduras”, destacó Cranshaw.

La encuesta fue realizada en los departamentos de Managua, Rivas, Estelí, Chinandega y Granada, además incluye a familias con miembros migrantes y no migrantes.

“Nos interesaba tener bien identificado y saber cuál es la situación de las familias, en este estudio tomamos el tema de las remesas y alimentación, a nosotros nos interesa conocer qué cosas hay que cambiar, qué cosas tienen que aprender en función de desarrollar acciones, un acompañamiento de transformación de la realidad”, manifestó la coordinadora de NicasMigrante.

Diferencias entre migrantes

El estudio explica que existen diferencias entre el nivel de vida de los migrantes y sus familias, dependiendo del sitio donde trabajen. Por ejemplo, quienes viajan hacia el norte o Europa, tienen mayores posibilidades de hacer mejoras

en sus casas, en las fincas o invertir en otros negocios. Los que trabajan en cruceros o en la misma región centroamericana, envían dinero, pero no pasan de los 75 o 100 dólares.

“Prefieren dar de comer a sus hijos y ayudar en su educación. Generalmente los migrantes hacen envíos mensuales, cuando tienen un buen nivel de vida, lo hacen de forma quincenal. Nosotros en el estudio concluimos que los envíos están entre los 150 y 15 dólares, aunque el Banco Central dice que son superiores”, continúa Cranshaw.

La especialista en temas de migración indica que la situación de las familias que reciben remesas en Nicaragua mejora, respecto a aquellos que no reciben ayuda del exterior.

El estudio también revela que el compromiso de los migrantes con sus familias depende de varios factores. Uno de ellos tiene que ver con la comodidad que tenga la persona, si ya tiene trabajo fijo o no.

“El migrante invierte lo poco que tiene para el viaje, pasaporte, transporte, para los primeros meses, que es cuando están recién llegados. Ese proceso de endeudamiento puede durar entre seis meses y nueve meses. Después es cuando ya pueden enviar dinero”, manifiesta Cranshaw.

Necesidad de migrar

La necesidad de migrar siempre está latente. La investigación realizada por NicasMigrante indica que siempre el hombre es quién mayor intención tiene de salir del país para mejorar la situación económica de su familia.

“El flujo de remesas disminuyó un poco, creemos que fue por el contexto político de algunos países y también sus políticas migratorias. Causó cierta incertidumbre”, confirma Cranshaw.

Otro dato importante del estudio es el origen de la mayoría de remesas que ingresan al país. Más del 50 por ciento es de Estados Unidos.

“La migración ha crecido 4.5 por ciento con respecto al año anterior. Ese 4.5 es significativo, si tomamos en cuenta el contexto desfavorable del clima electoral en Estados Unidos. Lo importante de todo esto, también es que la mayoría de migrantes en ese país están en

condición de regularidad migratoria y los que no tienen permiso de trabajos, se asocian con familiares”, finaliza la experta.

Fonte: <http://csem.org.br/noticia/5216-migracion-de-nicas-a-ee-uu-sigue-creciendo> - 28.10.2016

“Entre tres musulmanas y una latina, le dan el trabajo a la latina”

Los prejuicios alimentan el paro y la precariedad en el colectivo árabe, que denuncia la falta de comprensión de los empleadores ante tradiciones como el Ramadán o el uso del pañuelo.

Olivia Carballar y Santiago Sáez

En un claro en la selva de plásticos del levante almeriense, Bouchira trata de tranquilizar a Amin, uno de sus dos hijos gemelos. Los bebés nacieron hace un mes en el asentamiento de Don Domingo, a unos cientos de metros de la pedanía de San Isidro, en el término municipal de Níjar (Almería). En el poblado se mezclan chabolas y ruinas reconstruidas de un antiguo cortijo. Dos zonas separadas por invernaderos albergan a unas 100 personas, en su mayoría marroquíes como Bouchira. “No puedo trabajar, tengo que cuidar de los niños”, dice sin perder la sonrisa. Pero en Don Domingo, el que no trabaja no cobra, y la miseria se desparrama por todas partes.

A Benaissa, un joven de unos 25 años, lo operaron de apendicitis a principios de agosto y, desde entonces, no trabaja. “Llevo dos días sin comer nada”, asegura mientras abre una desvencijada y vacía nevera. Su vecino Achraf, de 19 años, explica la situación: “En los invernaderos te contratan por días, y si un día no puedes venir, aunque sea porque estás enfermo, no te pagan”. Achraf está cursando un módulo de peluquería con la esperanza de obtener un trabajo fuera de los invernaderos. Muchos de ellos no tienen estudios y terminan recluidos, como en una espiral sin fin, en trabajos de poca cualificación como la agricultura en Almería o la ganadería en los campos de Castilla. En las ciudades, además, la crisis se llevó por delante a las miles de familias musulmanas que vivían de la construcción. Los contratos en la obra fueron sustituidos por la economía sin papeles. Y lo mismo ocurrió en la hostelería, que llegó a ocupar al 40% de inmigrantes. Un barómetro de 2010 impulsado por los entonces ministerios de Trabajo e Inmigración, Justicia e Interior, situaba la tasa de desempleo del colectivo árabe por encima del 27%, siete puntos más que la media. Los más jóvenes, la segunda generación, tampoco se han librado de la lista del paro ni aun con estudios universitarios.

De todas las denuncias recogidas en el último informe de SOS Racismo del año 2014, el 4% se refiere a casos de discriminación laboral, relacionadas con la negativa de los empleadores a formalizar el contrato prometido o el abono de unos sueldos por debajo del salario mínimo. El número de quejas en este apartado se situó en 14. Un año antes, en 2013, hubo 47. El trabajo es uno de los principales ámbitos en los que afloran los prejuicios, el rechazo al otro, a otra cultura, a otra religión. En el caso de las mujeres y en los empleos de cara al público, la discriminación es mucho más evidente. La Fundación Sevilla Acoge pone un ejemplo: cada vez que les llega una oferta de trabajo y proponen a tres mujeres musulmanas y a una latina, siempre eligen a la latina. “Necesito una persona que cuide a mi madre, pero es que a mi madre le dan miedo las mujeres con pañuelo”, es la respuesta que suelen dar, según explica Asmaa Hallaga Messari, mediadora social en la organización.

“Hay prejuicios y desconocimiento. Creen que como no comen cerdo, tampoco lo pueden tocar o guisar. Y no saben que eso no es así. ¿Pero qué pasa con las mujeres que trabajan con cofia?”, se pregunta. “Pues si no te gusta, vete a tu país”, es la respuesta habitual que viene a continuación. Y no, insiste Hallaga: “No tengo por qué irme a otro país, porque a lo mejor soy de este país y aunque no lo fuera tengo derecho a que se respete mi identidad cultural”.

En algunos hoteles es frecuente comprobar cómo las mujeres tienen asumido que parte de su uniforme como limpiadoras o camareras es quitarse el pañuelo. A la salida, se lo vuelven a poner. En muchos casos, son ahora las mujeres las que sostienen a la familia. Según una encuesta recogida en un informe de Amnistía Internacional, las percepciones sobre la discriminación sufrida por las mujeres musulmanas varían en función del lugar de

nacimiento: las nacidas en Europa asociaban más a menudo el rechazo de una candidatura de empleo con discriminación por motivos de religión, mientras que las nacidas fuera del país de la UE donde ahora vivían pensaban que se debía a su origen étnico. Amnistía Internacional insiste en que las políticas aplicadas con el objetivo de promover “una determinada imagen de marca, complacer a los clientes o reforzar una noción de neutralidad” son discriminatorias. En algunos países, incluso, la prohibición del hiyab ha llevado a algunas mujeres a usar pelucas o gorros. En España, recientemente una mujer denunció a Acciona por impedirle trabajar con pañuelo en el aeropuerto de Mallorca.

El duro mes de ramadán

Sambajay Ndiaye, musulmán de Senegal, lleva 11 años en España. Trabaja en un invernadero en Murcia. El momento de mayor roce se produce durante el mes de Ramadán, en el que los adultos no pueden ingerir alimentos ni bebida entre la salida y la puesta del sol. Cuando coincide con el verano, las condiciones de

humedad y altas temperaturas de los invernaderos pueden hacer muy duro el ayuno. Y los encargados, afirma Samba, como lo llaman sus amigos, no ayudan: “La misma persona que durante todo el año no te hace ni caso, en Ramadán no hace más que ofrecerte agua fría”.

La Fiesta del Cordero, Eid al-Adha, es la celebración más importante del calendario musulmán. Muchos trabajadores de los invernaderos tampoco acuden esa jornada al tajo. El convenio colectivo provincial en el campo recoge su derecho a un día de permiso, pero no está retribuido. A pesar de los problemas, según Samba, no todos los jefes actúan de la misma manera: “Hay mucha gente, la mayoría, que trata de entenderte, que te pregunta y que está dispuesta a cambiar los horarios para empezar más temprano y evitar las horas de más calor, o trabajar menos horas y recuperarlas después”. Pero al final, todo depende de los acuerdos verbales.

Fonte: <http://www.lamarea.com/2016/10/12/TRES-MUSULMANAS-UNA-LATINA-LE-DAN-TRABAJO-LA-LATINA/> - 12.10.2016

“Ni una menos”: el movimiento que promueve la protección y organización entre mujeres

El movimiento “Ni una menos” llama fortalecer las redes de protección y organización entre mujeres ante el recrudecimiento de la violencia registrada en Chile y Argentina. En este último país se registraron al menos tres femicidios esa misma tarde en que miles de mujeres marcharon por defender sus derechos fundamentales.

Natalia Figueroa

“Disculpe, pero nos están matando”, fue el mensaje que miles de mujeres manifestaron el pasado miércoles 19 de octubre en distintas ciudades de América Latina. #NiUnaMenos fue una jornada de protesta que buscó visibilizar la violencia género y, sobre todo, concientizar sobre los cambios culturales que se deben asumir para terminar con la sociedad sexista.

Ese mismo día se sumaron a los casos de Nábila Rifo, Florencia Aguirre y Lucía Pérez, el femicidio de Deolinda Tropán, de 41 años, en Mendoza y de Claudia Emperatriz, de 42 años, apuñalada por su pareja en Tucumán, además del secuestro y violación de una joven de 19 años en Mar del Plata.

“Una mujer muere cada 31 horas en Argentina por violencia machista”, comentó Valeria Avenali, integrante del Instituto Municipal de la Mujer de Rosario, al detallar el contexto de alta vulneración que enfrentan en ese país.

“En lo que va de octubre han habido 19 femicidios en el país, alcanzando 276 en todo el año. Son

números realmente escalofriantes porque significa que durante este mes una mujer ha muerto cada 26 horas”, precisó.

Bajo este contexto, las organizaciones apelan a la autoformación de las mujeres para que identifiquen aquella violencia no explícita, traducida, por ejemplo, en estereotipos o prejuicios sociales.

La profesora aymara Lucinda Mamami profundizó en su experiencia en la elaboración de material radial contra la violencia hacia la mujer en la comunidad de Pucarani, en La Paz, Bolivia. En “Mujer hablemos de nuestros derechos “se busca sensibilizar a toda la comunidad”.

Pobres e inmigrantes son las más afectadas

La desigualdad de género opera bajo estereotipos sociales y de clase. En medio de este escenario, el panorama es mucho más complejo para una mujer inmigrante y pobre porque los medios masivos de comunicación muchas veces la

asocian al comercio sexual o al narcotráfico, comentó Andrea Hernández, integrante de un colectivo de mujeres colombianas residentes en Chile. “Pasa mucho con las extranjeras a las que matan porque las asocian al narcotráfico y sus casos quedan en la impunidad”, destacó.

Manifestarse por los derechos de las mujeres es también rechazar una violencia ejercida por el Estado que, en distintos planos, no ha garantizado las condiciones para su pleno ejercicio. Para la presidenta de la Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (Anamuri) Mónica Hormázabal, esto se refleja en el despojo de sus tierras y en los impedimentos para preservar sus soberanía alimentaria.

“La violencia desde el Estado ha sido muy fuerte para las mujeres campesinas, por ejemplo siguen teniendo el control de la tierra en pocas manos,

se entregan a empresarios, y día a día se nos dificulta la producción de alimentos y la vida en nuestros territorios”, manifestó.

Los distintos relatos de mujeres que han sufrido acoso callejero, laboral, por parte de familiares y de sus parejas también fueron ampliamente difundidos por redes sociales, en el marco de estas manifestaciones. A través de esta plataforma también se dio paso a un debate donde muchos colectivos de mujeres señalaron que “muchas veces se trata mal el concepto de feminismo y, en general, retrocedemos como sociedad cuando se entrega una visión torcida de un concepto que busca la igualdad de género y defender el derecho de cada mujer”.

Fonte: <http://radio.uchile.cl/2016/10/22/ni-una-menos-el-movimiento-que-promueve-la-proteccion-y-organizacion-entre-mujeres/> - 22.10.2016

La vulnerabilidad de las mujeres refugiadas y migrantes

Ellas son víctimas particulares de la discriminación y la violencia sexual y de género

Beatriz Becerra

Más allá de su envergadura creciente como fenómeno multifactorial y de la vergonzante parálisis de los Gobiernos europeos para gestionarla de la única manera posible (con una política de fronteras, de asilo y de reubicación común), algo muy importante ha cambiado en la crisis de refugiados.

La UE, colapsada por este flujo colosal, afronta por vez primera una crisis humanitaria dentro de su territorio, a la que da carta de naturaleza la iniciativa sin precedentes de la Comisión Europea (urgente y plausible entre tanto marasmo) de destinar 700 millones de euros a tal fin, reformulando creativamente una ayuda solo prevista para terceros países.

Y, como informó UNICEF el mes pasado, ahora el 60% de los refugiados y migrantes que llegan son mujeres y niños. A mediados de 2015, los hombres constituían el 73% del total de desplazados. La dimensión de género de este masivo desplazamiento de personas supone, por tanto, un factor esencial que debe ser tenido en cuenta para una respuesta adecuada y efectiva.

Hombres y mujeres están expuestos a diferentes tipos de riesgo y vulnerabilidad a lo largo de las etapas de la migración, pero las mujeres y las niñas son víctimas particulares de la discriminación y la violencia sexual y de género (en muchas ocasiones, también de lo que huyen), y tienen necesidades específicas de atención y protección (salud, privacidad, higiene y

seguridad). Por ello, en el Parlamento Europeo vamos a debatir y votar este 8 de marzo, Día Internacional de la Mujer, un importante informe de iniciativa propia ya aprobado en la Comisión de Derechos de la Mujer, centrado en las mujeres y niñas que huyen de conflictos y guerras afrontando diversos tipos de violencia de género y discriminación en su viaje hacia países de acogida.

No trata solo de alertar y prevenir toda forma de violencia sexual (violaciones, “sexo de supervivencia” a cambio de poder continuar su viaje, acoso y agresiones por otros migrantes y funcionarios en zonas de tránsito y en campos, donde el hacinamiento y la falta de instalaciones sanitarias y de alojamiento separadas multiplica el riesgo) sino también de abordar el incremento de la violencia intrafamiliar, la falta de acceso a servicios de salud sexual y reproductiva y de atención ginecológica y obstétrica.

Además, no tener en cuenta las cuestiones de género en los sistemas de asilo y las medidas de integración relevantes (agrupación familiar, acceso a enseñanza de idiomas, educación pública de calidad, empleo, orientación legal sobre sus derechos, así como laboral y psicológica) puede tener el efecto indeseado de una discriminación secundaria posterior. La pregunta es: ¿disponemos en Europa de instrumentos legales internacionales que provean de un marco de protección especial a las mujeres

y niñas refugiadas y migrantes y nos obliguen a proporcionársela?

Por supuesto. Valga con cruzar la Convención de Naciones Unidas para la Eliminación de todas las Formas de Discriminación contra la Mujer (CEDAW) con la Convención de Ginebra para los Refugiados (aunque adolece de la obligada perspectiva de género en su texto original), y, cómo no, ratificar el Convenio de Estambul, el

primer instrumento legalmente vinculante para prevenir y combatir de forma integral la violencia contra las mujeres y la violencia doméstica. Respetarlos y aplicarlos no solo es de justicia, sino imperativo por razón del principio rector de coherencia política de la Unión Europea.

Fonte:

http://internacional.elpais.com/internacional/2016/03/07/actualidad/1457352856_487006.html - 07.03.2016

El 60 % de las mujeres inmigrantes se sienten discriminadas en el mercado laboral

Enric Llopis

Una de cada dos mujeres inmigrantes se ha sentido discriminada alguna vez en España por ser extranjera. Pero este porcentaje aumenta hasta el 60% si se pone el foco en el ámbito laboral: el 40,35% afirman sentirse discriminadas en el trabajo y el 19,3% en la búsqueda de empleo. Tienen con frecuencia la sensación de que en primer lugar están “las españolas”, y de que se las relega a puestos de trabajo de peor calidad aunque acrediten formación suficiente. “Piensan que están en peores condiciones laborales y que sufren un peor trato sobre todo por parte de los empleadores, que las tratan más como a sirvientas que como a trabajadoras”, explica el informe “Entre dos orillas, entre dos culturas” de la Red Acoge, presentado ayer en el Colegio Mayor Rector Peset de Valencia. El 26% de las migrantes señala situaciones cotidianas de discriminación en calles, parques o tiendas, y perciben la desigualdad en el trato más como extranjeras que por el hecho de ser mujeres.

El Informe “Entre dos orillas, entre dos culturas” recoge datos de entrevistas a 114 mujeres inmigrantes extracomunitarias y en situación considerada “regular”, que mayoritariamente han participado en los programas de atención psicosocial que la Red Acoge desarrolla en Córdoba, Elche, Valladolid, Valencia y Orihuela. El principal grupo de entrevistadas procede de América Latina –sobre todo, de Bolivia y Ecuador– y del Magreb (Marruecos y Argelia), con edades entre 19 y 78 años y varios años de residencia en España. El 41% de ellas trabaja, y el 49% se halla en el paro y buscando empleo. Respecto a los sectores en los que trabajan, el mayoritario es el de empleadas del hogar (63%) y un 26% laboran en la “economía sumergida”, dado que no cotizan a la seguridad social en su principal trabajo. ¿Cómo valoran el empleo las mujeres inmigrantes? De los testimonios de las 144 entrevistadas por la Red Acoge se desprende que ninguna alcanza los mil euros, el 38% no alcanza

los 600 euros mensuales y el 39% declara que no dispone de ingresos propios. Otro dato de interés es el porcentaje de inmigrantes cuyo trabajo es la única fuente de ingresos para sus familias: el 42%. En ese contexto, la mayor parte de las mujeres (52,5%) apunta “grandes dificultades” para la satisfacción de los gastos del hogar, mientras que el 37% destaca dificultades “pequeñas”. Pese a las estrecheces, el 37% envía remesas a los países de origen. El estudio informa además de dos consecuencias directas de los apuros económicos: el impacto sobre las familias monoparentales, las que sufren mayor riesgo de exclusión; y las limitaciones en la alimentación, ya que el 17,5% dice no mantener una dieta sana por la falta de recursos.

Uno de los rasgos que distingue a las mujeres inmigrantes es que habitan principalmente en viviendas de alquiler (el 70,5% según informe). La Encuesta de Condiciones de Vida del INE correspondiente a 2015 confirma esta tendencia, pues señala que mientras el 77% de los españoles poseen la vivienda en propiedad, el porcentaje se limita al 18,5% entre la población inmigrante extracomunitaria. El estudio realizado en las cinco asociaciones de la Red Acoge apunta algunas circunstancias sobre los hogares de las mujeres entrevistadas: el 33,7% no dispone de calefacción, el 20% carece de gas y el 12,2% no cuenta con ventilación e iluminación suficientes. En el capítulo sobre Salud y “Barreras” en la asistencia sanitaria, se subraya la importancia de la situación laboral. Así, las mujeres que trabajan acuden al médico con menor frecuencia (el 29,5% en el último mes), mientras que las paradas que buscan un empleo lo han hecho en un 43,4%. En el apartado de salud sexual y reproductiva, el informe detalla que el 70% de las mujeres no utiliza métodos anticonceptivos. Este dato varía según países y regiones, ya que las inmigrantes magrebíes los

utilizan en mayor medida que las latinoamericanas.

De las experiencias en atención psicosocial de la Red Acoge, se infiere que las situaciones más frecuentes son las de “crisis personales” (52%) y “problemáticas familiares” (38%). Además, al 22% de las mujeres se les ha diagnosticado “duelo migratorio” o dificultades para aceptar la pérdida de lo que se dejó en el país de origen (costumbres, amigos o familia). Un 13% de las atendidas sufrió violencia de género por parte de sus parejas, porcentaje de víctimas que difiere según las nacionalidades: el 25% en el caso de las mujeres magrebíes y el 8% en el de las latinoamericanas. El avance de la Macroencuesta de Violencia contra la Mujer del CIS (2015) pone en contexto estas cifras, y señala algunas diferencias cuantitativas. Las mujeres inmigrantes afirman haber sufrido violencia física, sexual o miedo por parte de parejas o exparejas en mayor grado (27%) que las españolas (14%).

Otro de los sentimientos extendidos entre las mujeres es el de la soledad, que supone una fuente significativa de estrés. La mencionan el 58% de las entrevistadas. Factores de estrés son asimismo la separación de familia y amigos (69%) y la sensación de fracaso por la experiencia migratoria, que subrayan el 35% de las inmigrantes. El informe apunta algunos síntomas que aparecen entre las mujeres, como la tristeza (67%), preocupaciones recurrentes (57%), tensión y nerviosismo (53%), cefalea (40%), llanto (37%), fatiga (28%), fallos de memoria (28%) y de atención (28%). Por otro lado, ¿qué relevancia otorgan las entrevistadas a la cultura y las tradiciones? El 72% las consideran “de gran importancia”, y un porcentaje superior –el 81%– resalta que en el estado español se les permite mantener sus costumbres. El estudio “Entre dos orillas, entre dos culturas” constata asimismo que el 30% de las mujeres se desenvuelve con la lengua castellana de un modo que les resulta insuficiente en el día a día.

Si la pregunta es por el modo en que se tomó la iniciativa de emigrar, la gran mayoría afirma que lo hizo de manera libre. El 39% por decisión propia, pero con el apoyo de la familia y el 38% por una “decisión libre de la mujer”. El motivo

fundamental de las migraciones también aparece de manera nítida: las aspiraciones económicas. Así lo afirman directamente el 57% de las encuestadas, a las que podría agregarse el 44% que argumentan una búsqueda de promoción laboral. También se considera importante la coyuntura del país de llegada. Así, el 74% de quienes llegaron a España en el periodo 2001-2005 tenían clara la motivación económica, porcentaje que se redujo hasta el 62% en los años de crisis (2006-2010) y a un 31% en fechas más recientes. Otro de los motivos destacados es la reagrupación familiar (22%). El estudio destaca que las mujeres aprovechan para radicarse en España las redes previamente establecidas. De hecho, siete de cada diez mujeres elige la provincia de llegada en función de amigos o familiares que pudieran vivir allí.

En relación con las expectativas, un 44% opina que la estancia en España es peor de lo que esperaban, pero en un 64% de los casos afirman que se quedarían, frente al 25% que volvería al país de origen. Ya en el estado español, un 33% de las mujeres participa en asociaciones. Además, buena parte de las inmigrantes consultadas perciben mejoras respecto a sus países: en la educación y la sanidad (76%), en la “seguridad” en la calle (51%) y en la situación económica (50%). Un 40% resalta asimismo un incremento de su libertad como mujeres. Por el contrario, no son pocos los casos en que empeoran las relaciones familiares, con la pareja o por la separación respecto a los hijos; éste es precisamente uno de los motivos principales de atención psicosocial a las mujeres inmigrantes. De hecho, un 30% de las mujeres encuestadas tiene a los hijos en el país de procedencia, lo que supone –valora el estudio de la Red Acoge– “una importante fuente de estrés y ansiedad”. El estudio aporta otros datos relevantes, como que la mitad de las mujeres que viven en pareja afrontan ellas solas las tareas del hogar, el 55% no cuenta con familia “extensa” en España y el 17% no dispone de grupos de apoyo con los que afrontar problemas (el 32% en el caso de las magrebíes y el 17% en el de las migrantes latinoamericanas)..

Fonte: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=218238> – 21.10.2016

Mujeres, las mayores víctimas de política migratoria dominicana

Ivet González

Una mujer corpulenta prepara ramos de rosas amarillas en el mercado callejero de Pequeño

Haití, un barrio precario de la capital de República Dominicana. “No quiero hablar, no tome fotos”,

pide a IPS esta trabajadora, acompañada de una niña que parece ser su hija.

Otras vendedoras de los tarantines del gran mercado informal en que se han convertido las calles del barrio, todas afrodescendientes, también rechazan conversar. “Tienen miedo porque piensan que las deportarán”, explicó en susurros una comerciante, mientras revolvía un caldo en una cocina a leña en plena acera.

Ese miedo obedece a la última oleada de deportaciones, dentro del conflicto migratorio, unas veces abierto y otras soterrado, que domina las relaciones de este país con Haití, el país más pobre de América Latina y con su población mayoritariamente negra, con el que comparte la isla caribeña La Española.

Según datos oficiales, la Dirección General de Migración dominicana deportó, entre agosto de 2015 y enero de 2016, 15.754 personas haitianas sin documentos y regresaron de manera voluntaria a su país otras 113.320, incluidos 23.286 menores de edad.

“Este proceso afecta en mayor grado a las mujeres porque cuando se le niega la identidad dominicana a un hijo o una hija, las madres son las responsables directas por no haber legalizado su situación”, explicó Lilian Dolis, coordinadora del no gubernamental Movimiento de Mujeres Dominicano-Haitianas (Mudha).

“Si la madre es indocumentada entonces se cuestiona la documentación de los hijos”, especificó en diálogo con IPS.

“Y en el caso de las migrantes haitianas, no basta con casarse con un dominicano aunque por Constitución le toca la nacionalidad del esposo”, continuó Dolis. “Muchas veces se viola ese derecho, por eso ellas todavía llevan una carga muy tortuosa”, reveló la activista del movimiento nacido en 1983.

La última crisis migratoria comenzó en 2013, cuando una sentencia del Tribunal Constitucional determinó los nuevos parámetros para adquirir la nacionalidad.

La medida más conflictiva es que no se considera dominicanos a los hijos de indocumentados nacidos en el país, incluso aquellos asentados en el registro civil. Las personas en esa situación quedaron en un limbo sin nacionalidad o apátridas, según críticas de muchos organismos internacionales.

Con base en el dictamen, el gobierno promovió la Ley Especial de Naturalización, a la que pudieron aplicar por única vez, del 23 de mayo de 2014 al primero de febrero de 2015, las hijas e hijos de extranjeros no residentes, que nacieron en suelo

dominicano del 16 de junio de 1929 al 18 de abril de 2007.

Durante ese período, 8.755 personas aplicaron a la norma de régimen especial.

En paralelo, las autoridades implementaron, del primero de junio de 2014 al 17 de junio de 2015, el Plan Nacional de Regularización de Extranjeros para las y los inmigrantes radicados en el país que se encontraran en situación irregular.

En este programa pudieron inscribirse 288.466 indocumentados, la mayoría haitianos, para obtener un permiso de estancia y trabajo. Pero solo 240.000 cumplieron todos los requisitos y obtuvieron un estatus legal.

Desde agosto, las fuerzas policiales realizan continuos operativos y quienes no tengan sus documentos en regla van a “campos de bienvenida”, emplazados en varios puntos de la frontera, para ser devueltos a Haití.

“La mayoría de las haitianas trabaja fuera del hogar, a muy pocas su situación económica les permite ser amas de casa”, observó Antonia Abreu, una mujer dominicano-haitiana, que lleva 40 años vendiendo arreglos florales para fiestas, regalos y funerales en el mercado de Pequeño Haití.

Conocida por el sobrenombre de “La Araña”, Abreu detalló que “las mujeres venden ropa, comida, ponen cabello (postizo), son empleadas domésticas y hay trabajadoras sexuales. Muchas son ‘paleteras (vendedoras ambulantes)’, que sufren los abusos de la policía, que les quita sus carros y mercancías cuando no tienen documentos”.

“Las que trabajan sanamente han logrado insertarse y aportan al país”, valoró a IPS.

Entre la rara mezcla de olores a especias, aguas albañales, comidas típicas y basuras, muchas mujeres subsisten a duras penas en este mercado del barrio de mayoría haitiana, con la venta de flores, comidas elaboradas, alimentos crudos, ropa, útiles del hogar y equipos electrodomésticos de segunda mano.

El barrio, emplazado muy cerca de una gran arteria comercial y de la turística Ciudad Colonial de Santo Domingo, está abandonado por las autoridades municipales, al contrario de sus pujantes vecinos, lo que lo ha ido transformando en un submundo donde sobrevive una población incuantificable, en un entorno decadente, pero donde casi no hay delincuencia, resaltan propios y extraños.

La clientela de sus puestos callejeros suelen ser inmigrantes haitianos, que trabajan en

condiciones calificadas de esclavitud por organizaciones internacionales.

También concurren personas con muy bajos ingresos, en este país de 9,3 millones de habitantes, donde 33 por ciento de los hogares viven en pobreza, según el Mapa de la Pobreza en la República Dominicana 2014.

“Las indocumentadas no pueden trabajar, ni estudiar ni hacer una vida pública. Van a dar directamente al área de servicio doméstico y el trabajo informal”, lamentó Dolis. “Y aunque tengan la documentación, las dominicano-haitianas siempre son excluidas en los proyectos sociales”, subrayó.

En este país de arraigada cultura machista, las haitianas y sus hijas sufren una profunda exclusión por un cóctel de xenofobia, racismo y discriminación de género, indican diferentes estudios y especialistas.

“Ellas están invisibilizadas. Ni siquiera sabemos cuántas son”, lamentó la activista. “Los datos de los censos no son fiables para saber la población dominicana de ascendencia haitiana y la encuesta del UNFPA (Fondo de Población de las Naciones Unidas) ya está desactualizada”, detalló.

Dolis se refirió así a los últimos datos sobre la materia, recabados por la Encuesta Nacional de Inmigrantes, que la estatal Oficina Nacional de Estadísticas realizó en 2012 con apoyo del UNFPA.

El sondeo estimó que entonces vivían en territorio dominicano unos 560.000 inmigrantes, de ellos 458.000 nacidos en Haití.

El debate sobre el burkini en Francia

Las autoridades locales aducen motivos de seguridad para respaldar su decisión, que ha desatado la polémica. Sin mencionar específicamente la palabra burkini, en su nota aseguran que “una prenda que manifiesta de forma ostentosa una pertenencia religiosa, cuando Francia y los lugares de culto religioso son actualmente objetivo de ataques terroristas, puede provocar disturbios del orden público”.

El veto a los «burkinis» ha comenzado a extenderse en las playas del país, como en Córcega. Villeneuve-Loubet, en la Costa Azul, se ha sumado a la medida.

Lionel Luca, alcalde de Villeneuve-Loubet

La falta de estadísticas obstaculiza el trabajo de Mudha, que está presente en cuatro provincias y cinco municipios dominicanos con sus mensajes y acciones para reivindicar los derechos de las mujeres dominicano-haitianas, con énfasis en los sexuales y reproductivos.

El movimiento está liderado por un colectivo de 19 mujeres y cuenta con 62 promotoras, que realizan actividades en comunidades urbanas y rurales. Con su acompañamiento, el grupo ha beneficiado de manera indirecta a más de 6.000 personas.

Mudha asegura que el Estado dominicano nunca ha reconocido a las mujeres haitianas y sus hijas como sujetos de derecho. “Siempre se ha hablado de la migración de braceros, pero nunca de las braceras, es decir, las mujeres que acompañaban a sus esposos o venían y vienen a realizar esa tarea”, acotó Dolis.

Fuentes históricas identifican desde antes de 1844 la presencia de braceros haitianos en los bateyes (asentamiento alrededor de centrales azucareros), que soportaron sobre sus hombros los fuertes trabajos en los cultivos de la caña y la producción de azúcar, el motor durante siglos de la economía dominicana.

Pero en la actualidad, la fuerza laboral haitiana en el país resulta importante además de en el sector agrícola, en los rubros de construcción, comercio, manufactura y hotelería y hostelería..

Fonte: <http://www.ipsnoticias.net/2016/02/mujeres-las-mayores-victimas-de-politica-migratoria-dominicana/> - 03.02.2016

“Me gustaría que dejen de intentar singularizarse para meterse en una especie de apartheid, para empezar vestimentario, y fuera de la comunidad de la república. Esto es Francia, es la república francesa, todo el mundo es igual sin distinción de raza ni religión.”

El burkini está prohibido en las piscinas de un buen número de hoteles, clubes privados y parques acuáticos en países como Marruecos. Pero para los detractores de la medida, el veto del burkini, creado en 2003 por una estilista libanesa residente en Australia, carece de base legal cuando se habla de un espacio público como la playa.

Feiza Ben Mohamed, de la Asociación Musulmanes en Francia:

“Lo único prohibido es el burka porque cubre el rostro. Y este no es el caso. Ahora las chicas que se bañan con burkini cubren la misma superficie que las que llevan velo, por tanto estamos estigmatizando y excluyendo de las playas y de las zonas de baño a las mujeres musulmanas.”

El sentimiento predominante entre las usuarias de la polémica prenda es la incomprensión: “Es ridículo, señala una joven, porque veo todos los días personas desnudas y no veo por qué no iba a poder cubrirme.”

Fuera de Francia el debate sorprende. Algunos medios extranjeros hablan en tono jocoso de la eventual prohibición de las combinaciones de neopreno para practicar surf o de las camisetas para protegerse del sol. Otros aseguran que no se puede frivolizar con un tipo de vestimenta que va más allá del consumo o de la moda y que toca la política y lo religioso.

Por su parte, muchas asociaciones de derechos humanos, hablan de amalgama peligrosa para la paz social.

Hervé Lavissee, Liga por los Derechos Humanos:

“La medida atiza el odio. Hace de esta guerra una guerra entre la población y eso es abominable. Se va a hacer entre franceses una distinción permanente para dar con el salafista o la salifista...qué sé yo...”

En cualquier caso, es una cuestión compleja en pleno debate sobre la relación del Islam con la República tras los ataques yihadistas y con Francia asimilando que el peligro no viene siempre de fuera. En este contexto, no hace falta mucho para que estalle la chispa, como sucedió el sábado en Córcega. Jóvenes corsos y familias de origen magrebí se enzarzaron en una pelea después de que los primeros fotografiasen a varias mujeres en burkini.

La fiscalía de Bastia ha abierto una investigación para determinar las causas de la trifulca, que dejó cinco heridos.

Evitar posibles altercados en un contexto de estado de excepción era la principal razón aducida por los primeros municipios que adoptaron el veto a finales de julio.

Fonte: <http://es.euronews.com/2016/08/16/el-debate-sobre-el-burkini-en-francia> - 16.08.2016

ITALIANO

Tecnologia, le donne pakistane diventano imprenditrici con l'e-commerce

Nella cucina di Sam's Cake Factory, i dipendenti sono occupati a confezionare torte e altri prodotti dolciari.

Un'attività che, qui a Karachi, in Pakistan, non sarebbe mai nata senza le reti sociali. Tutto è iniziato alcuni anni fa, quando Sumaira Waseem, all'epoca casalinga, cercò un modo per mettere a frutto il suo talento di pasticciera.

“Abbiamo creato Sam's Cake Factory quattro anni fa attraverso Facebook – racconta – Confezionavamo circa quattro torte alla settimana, ma adesso riceviamo ordini per cinquanta. Tutto il marketing viene fatto tramite Facebook e il nostro sito Internet”.

Un successo raggiunto con l'e-commerce.

La diffusione della banda larga e degli smartphone ha connesso un'ampia fetta della popolazione pakistana. A vantaggio soprattutto delle donne, che ora possono gestire attività

commerciali, con meno restrizioni sociali rispetto al passato.

Alcune lo fanno attraverso il sito di Nadia Patel Gangjee: “Il mio sito, Sheops, permette alle donne di vendere online, raggiungendo un pubblico molto vasto. Quando abbiamo iniziato, eravamo soltanto in cinque, mentre adesso siamo una community di oltre 26mila donne. E continuiamo a crescere”.

Jehan Ara presiede un'associazione che assiste le donne pakistane nello sviluppare un progetto di business, fornendo loro gli strumenti e le competenze tecnologiche.

Jehan Ara, Pakistan Software Houses Association for IT & ITES (P@SHA): “Alcune famiglie sono molto conservatrici e non accettano che figlie o mogli escano di casa per lavorare. Ma ora le donne possono vendere qualunque cosa con l'e-commerce”.

Un fenomeno in rapido aumento che potrebbe regalare alle donne pakistane nuove opportunità

di affermazione personale e maggiore indipendenza.

Fonte: <http://it.euronews.com/2016/05/18/tecnologia-le-donne-pakistane-diventano-imprenditrici-con-l-e-commerce> – 18.05.2016

Ad Agrigento la scuola di cucina per donne immigrate «Crediamo che il cibo crei legami, a tavola è trazzera»

Agrigento, via Empedocle. Nei locali del ristorante Ginger - people&food, sei donne, provenienti da Pakistan, Etiopia, Marocco e Colombia, ascoltano incuriosite Carmelo Roccaro, presidente della cooperativa sociale Al Kahrub, mentre introduce il primo corso base di cucina destinato a donne migranti e rifugiate richiedenti asilo. C'è chi prende appunti, chi nasconde l'emozione dietro un sorriso e chi non vede l'ora di mettersi ai fornelli. Donne distanti per esperienze e origini ma unite dalla stessa passione: la cucina.

«Un sogno che si avvera», racconta la promotrice del progetto Marema Cisse, oggi chef del locale e socia di Al Kharub. La sua determinazione ha avuto la meglio. «Desideravo da tempo - confessa la cuoca senegalese - aiutare altre donne, che come me, hanno lasciato i loro paesi in cerca di un futuro migliore». Purtroppo, la crisi e la mancanza di competenze rendono impossibile trovare un'occupazione. Lo sa bene Marema che spiega: «La scuola di cucina, sostenuta da Caritas diocesana e Legacoop, in sinergia con Slow Food, permetterà alle allieve di imparare un mestiere con un immediato inserimento lavorativo nel campo della ristorazione o presso famiglie residenti».

La mission del primo corso base, è semplice: valorizzare le tradizioni gastronomiche siciliane e i piatti dei paesi di provenienza delle donne migranti. «Siamo una realtà - sostiene Roccaro - impegnata a trasmettere i valori del dialogo interculturale attraverso la cucina perché crediamo che il cibo crei legami tra le persone che lo condividono. In Sicilia – prosegue - si dice che “a tavola è trazzera” (la tavola è strada, ndr), poiché unisce e abbatte i pregiudizi».

Ogni lezione prevede una parte teorica, finalizzata allo studio delle specialità locali e una pratica, rivolta alla preparazione e realizzazione delle pietanze. Il team di insegnanti comprende esponenti di Slow Food, Legacoop, esperti nel settore dell'agricoltura biologica e i chef di Ginger people&food, Marema, Cisse e Gero Paino.

Oggi, le partecipanti apprenderanno da Gero le prime nozioni sulla cultura gastronomica siciliana: «Prevalente l'uso dell'olio d'oliva e l'importanza della pasta», sottolinea lo chef. E impareranno i nomi degli utensili della cucina occidentale: padelle, tegami, pentole a pressione. «I tipi di cottura - anticipa alle apprendiste - sarà il tema della prossima lezione. Inizieremo a cucinare carne e verdura con diverse tecniche: a fuoco lento o veloce, alla piastra, al forno». Ma non è tutto. Le iscritte, guidate da una équipe di esperti, avranno la possibilità di conoscere i prodotti delle aziende locali. «In programma – riferisce Roccaro – visite presso l'oleificio Salamone, che produce olio biologico, e il caseificio Cassko, dove vengono allevate le capre girgentine».

Il corso base si concluderà a dicembre con una cena preparata dalle allieve. Si potrà partecipare su prenotazione e l'incasso servirà a finanziare le successive fasi di formazione. «Terminato questo percorso iniziale - avvisa Roccaro - le donne seguiranno corsi di cucina più avanzati. Prevediamo di attivare, nell'arco di un anno, sei corsi base, coinvolgendo così un numero compreso tra 24 e 36 donne».

Fonte: <http://meridionews.it/articolo/48143/ad-agrigento-la-scuola-di-cucina-per-donne-immigrate-crediamo-che-il-cibo-crei-legami-a-tavola-e-trazzera/> – 23.10.2016

Dalla Nigeria all'Italia: donne migranti come merce di scambio per fare soldi sui marciapiede

Da Benin City, città nigeriana a poche centinaia di chilometri dal mare che bagna il golfo della Guinea, sino in Sicilia, via Kanu, Agades, Sabratha e Tripoli, come pacchi postali, per fare soldi sui marciapiede dell'Italia popolo di santi, poeti e navigatori, ma anche assidui frequentatori di prostitute.

I dati dell'Oim parlano chiaro 6334 donne giunte in Italia nel 2016, nel 2015 erano state 5633, 1454 nel 2014 e 433 nel 2013.

Una crescita esponenziale così come esponenziale era il fatturato delle madam che in Nigeria individuavano giovani donne da destinare

al meretricio, li contattavano e regalando il sogno di una nuova vita li portavano sino in Sicilia.

Grazie a dei soggetti che venivano chiamati trolley, ovvero coloro che si occupavano costantemente del viaggio della merce umana dalla Nigeria sino ad un porto libico da dove poi imbarcate in carente del mare raggiungevano la Sicilia. Qui le ragazze venivano sottoposte al rito voodoo per assoggettarle alla prostituzione, per costringerle all'osservanza e all'ubbidienza.

L'inchiesta che ha portato all'arresto di 15 persone, quattro sono irraggiungibili perché all'estero, è stata avviata nel 2013 in seguito ad una denuncia per aggressione fatta ad una nigeriana che si prostituiva lungo la Catania-Gela da una connazionale. Era la sua maman, colei che l'aveva fatta arrivare in Sicilia a pretendere denaro continuo sino a raggiungere i 40 mila euro del riscatto.

Chi sono le 11 persone arrestate

Violenze sulle donne, le donne dell'est denunciano al primo schiaffo, le musulmane sopportano per anni

Paola Tavella

Genny Giordano è psicoterapeuta e da quindici anni lavora con le donne che subiscono violenza maschile. È vicepresidente di Iside, cooperativa sociale che gestisce i Centri Antiviolenza di Mestre, Noale e Castelfranco Veneto: "Vediamo almeno un terzo di donne straniere, moltissime musulmane - racconta - abbiamo anche donne dell'Est, loro sono delle vere amazzoni, reagiscono subito ai maltrattamenti. Tante musulmane invece sopportano per anni".

L'indagine Istat sulla violenza contro le donne in Italia ha incluso per la prima volta le straniere nel 2014, e dà ragione a Genny. Le straniere subiscono violenza fisica o sessuale più o meno quanto le italiane (31,3% e 31,5%). Tuttavia, la violenza fisica è più frequente fra le straniere (25,7% contro il 19,6% per le italiane), mentre la violenza sessuale è più frequente fra le italiane (16,2% delle straniere contro il 21,5%). Le forme gravi sono più diffuse tra le straniere (7,7% e 5,1%). Le italiane subiscono soprattutto violenze sessuali meno gravi, come molestie da parte di sconosciuti, le donne straniere, subiscono soprattutto violenze (fisiche o sessuali) da partner o ex partner (20,4% contro 12,9%) e meno da altri uomini (18,2% contro 25,3%). Considerando le prime sei cittadinanze di straniere residenti in Italia, le donne che dichiarano più violenze sono

Sono stati così individuate due organizzazioni una con sede logistica a Licodia Eubea con ramificazioni nel casertano e l'altra a Catania che aveva lo scopo di trafficare in giovani donne di colore da destinare alla prostituzione. Nel corso delle indagini sono stati individuati anche quattro uomini definiti i grossisti della tratta, alcuni arabi, un ganese e un nigeriani che curavano il soggiorno in terra libica, durato anche sei mesi, e il trasferimento via mare grazie ad imbarcazione di fortuna.

La polizia ha anche scoperto che le madame reclamavano con i vertici criminali in Libia, ogni qual volta le ragazze non arrivavano in ottima forma fisica. Come quella in cui una giovane venne rasata perché si era opposta a delle violenze fisiche durante la fase dello stand-by a Tripoli nella connection house..

Fonte: <http://catania.blogsicilia.it/dalla-nigeria-allitalia-donne-migranti-come-merce-di-scambio-per-fare-soldi-sui-marciapiede-video/361318/> - 24.10.2016

le donne moldave (37,3%), rumene (33,9%) e ucraine (33,2%), seguono le donne marocchine (21,7%), albanesi (18,8%) e cinesi (16,4%). Per le donne straniere nella maggior parte dei casi (68,9%) la violenza subita dal partner, attuale o precedente, è iniziata già nel paese di origine. Per il 20% la violenza è relativa ad una relazione iniziata in Italia. Sono violenze efferate: le straniere segnalano ferite (44,5%) e temono per la loro vita (44,2%), eppure fra loro è più bassa la quota di donne che definiscono questi fatti come "molto gravi" (36,6%).

Perché donne provenienti da paesi dove la sottomissione femminile è legge, cultura, precetto religioso, dichiarano abusi, stupri, maltrattamenti meno delle altre, per paura, vergogna, ignoranza della legge.

Linda Laura Sabbadini, stimata in tutto il mondo come una pioniera delle statistiche di genere e Direttrice del Dipartimento di statistiche sociali e ambientali dell'Istituto, presentando la ricerca Istat ha detto di non essere stupita se le donne dell'est Europa dichiarano di aver subito violenza molto più di marocchine e albanesi, e la denuncino di più: "Non è detto che subiscano più violenza delle altre. Nei paesi dell'est Europa le donne godono degli stessi diritti degli uomini e la violenza maschile sulle donne è un reato. Se qui vengono

abusate o picchiate sono già consapevoli di potersi rivolgere alla polizia, al magistrato e ai servizi per fermare il maltrattante, allontanarlo e ottenere il divorzio. Ne parlano quindi anche di più”. E’ molto più difficile invece per le immigrate da paesi dove la violazione dei diritti umani è la norma, o lo è stata fino a ieri, donne e bambini appartengono agli uomini per legge e la violenza maschile non solo non è punita, ma è istituzionalizzata e socialmente accettata. La scrittrice italo-somala Ubah Cristina Ali Farah commenta: “Islam e violenza sulle donne è tema delicatissimo. La violenza c’è senza dubbio, ma la disubbidienza delle donne non era scontata. Invece di leggere questi dati soltanto come indice di crescente violenza nelle famiglie di immigrati musulmani, a me salta subito all’occhio il fatto che le donne cerchino di liberarsi e denunciino. E’ troppo diffusa in Occidente l’idea delle donne musulmane meramente passive e succubi all’autorità maschile”.

L’assalto di Colonia ha reso lampante una contraddizione fra la libertà femminile e la cultura degli immigrati da paesi dove la sottomissione delle donne è legge e fondamento dell’ordine sociale. Esiste una inaccettabile reticenza di sinistra a criticare l’oppressione delle donne nelle società islamiche, a schierarsi con le femministe musulmane minacciate di morte: Hirsi Ali, Taslima Nasreen, Irshad Manji, Ziba Mir-Hosseini, Zeinah Anwar. Nella sinistra europea serpeggia piuttosto la preoccupazione – e in Italia è vero terrore - che tenere libertà e diritti delle donne come dirimenti e non negoziabili dia una mano alla propaganda razzista e populista delle destre contro immigrazione e rifugiati. E se fosse esattamente il contrario, se la libertà e la inviolabilità delle donne fossero riconosciute come misura della civiltà? Le occidentali sono infinitamente più libere delle immigrate che vengono dagli stati islamici, tuttavia è bene ricordare a chi ancora non lo ha preso sul serio (per esempio il nostro Governo) che un terzo delle donne europee subisce violenza fisica e sessuale soprattutto fra le mura domestiche, senza distinzione d’età, classe sociale, scolarizzazione e censo. Il dato è altissimo pure nei paesi più avanzati: in Germania il 27,9%, in Danimarca 22,19%, in Norvegia 26,8%.

In Italia i musulmani sono un milione di persone, le donne sono 400 mila. Come sono trattate dai loro uomini e nelle loro comunità? Le operatrici dei Centri Antiviolenza ne incontrano molte che chiedono aiuto per uscire dall’oppressione, da violenze fisiche e psicologiche. Finanziati poco e male, oggetto di continui tentativi di delegittimazione, i Centri Antiviolenza esistono da trent’anni in tutta Italia e 70 sono associati nella Rete nazionale D.i.Re. La loro esperienza è

inestimabile per aprire uno squarcio sulla realtà della violenza sulle straniere in Italia.

Nadia Somma, blogger e attivista del centro antiviolenza Demetra di Lugo di Romagna spiega: “Secondo me la condizione delle donne musulmane è differente rispetto alle altre perché sono soggette a una subordinazione nei confronti del padre, del marito e della famiglia che non si riscontra in altre culture. Negli ultimi anni la percentuale delle donne italiane che si rivolgono a noi è rimasta pressoché invariata, sono aumentate le straniere. Il 58% delle donne accolte è costituito da italiane, mentre la restante percentuale, il 42% da donne di altra nazionalità. Il 16% vengono dai Paesi dell’Est europeo, un altro 16% sono del nord Africa, il restante 10 per cento di altre nazionalità. Se si rapporta questo dato all’incidenza di stranieri sul totale della popolazione locale siamo di fronte a un dato rilevante. Le donne musulmane sentono molto il peso del giudizio della famiglia e della loro comunità. Lasciare il marito è un atto forte, molte drammaticamente e con angoscia ci riportano la paura di essere emarginate per sempre dalla loro comunità o dalla famiglia, marchiate come ‘puttane’. Molte hanno rinunciato, sono tornate col marito di fronte alla pressione del padre che ha intimato loro di rientrare a casa nonostante le violenze. Le donne dei Paesi dell’est a mio giudizio sono molto più autonome anche rispetto alle italiane, una polacca, una rumena denunciano al primo schiaffo”.

Le ragioni di questo divario sono racchiuse in quel 73% di straniere in Italia che non definiscono “fatto grave” aver paura di essere uccise dal partner. Fabio Roia, magistrato del tribunale penale di Milano, ha spiegato alla 27ora che queste donne “faticano a capire quando l’offesa che ricevono e che può, teoricamente, essere accettata e non condannata nella cultura di appartenenza, superi il limite di tollerabilità. Spesso, nella testimonianza, ci troviamo di fronte a donne che non si rendono conto che quanto raccontano costituisce una forma di maltrattamento. Il doversi concedere al marito anche contro voglia, non poter uscire di casa sole, non poter gestire relazioni autonome con amiche o parenti vengono ritenute cose normali, ma secondo i parametri europei del diritto sono violenza”. Oria Gargano di Befree, associazione che gestisce uno sportello antiviolenza all’ospedale San Camillo di Roma, dice che dopo l’istituzione del reato di clandestinità le donne straniere che si rivolgono a loro sono diminuite. “Ci sono molte differenze a seconda della nazionalità, e anche fra le islamiche: una donna tunisina non è uguale a un’algerina. Una

bengalese o una pakistana possono subire per anni, un'ucraina invece si ribella subito”.

Barbara Spinelli, avvocatessa bolognese, autrice di *Femminicidio*, dice: "Le straniere che subiscono la violenza in famiglia sono doppiamente discriminate, come donne e come migranti. Se arrivano in Italia tramite il ricongiungimento familiare tollerano situazioni di violenza domestica anche intollerabili, perché temono di ritrovarsi clandestine. Se hanno figli hanno paura di

denunciare e perdere la genitorialità". La legge italiana dice che dopo sei mesi dalla separazione una donna arrivata in Italia grazie al ricongiungimento familiare perde il permesso di soggiorno, a meno di non ottenerne uno per lavoro. Ma per le donne delle comunità più chiuse e tradizionali è difficilissimo trovare un lavoro.

Fonte: http://www.huffingtonpost.it/2016/01/15/violenza-sulle-donne_n_8990766.html - 24.01.2016

Islamofobia, A Rimetterci Sono Le Donne

Le donne musulmane sperimentano le stesse disuguaglianze delle altre donne nel mondo del lavoro per quanto riguarda violenza verbale e fisica, ma in più subiscono altri fattori di discriminazione legati a religione e/o etnia. Tuttavia, molto poco viene fatto per una raccolta esaustiva di dati e per affrontare questa forma intersezionale di razzismo. Questa è la conclusione del nuovo rapporto dell'European Network Against Racism dal titolo: "Forgotten Women: l'impatto dell'islamofobia sulle donne musulmane". Il rapporto analizza le discriminazioni verso le donne di fede islamica in otto paesi europei: Belgio, Danimarca, Francia, Germania, Italia, Paesi Bassi, Svezia e Regno Unito.

Le donne musulmane sono soggette a tre tipi di penalizzazioni in materia di occupazione: di genere, etniche e religiose. La discriminazione nel mercato del lavoro è spesso legata alla percezione della "muslimness", e in particolare all'abbigliamento delle donne musulmane. Ad esempio, nel Regno Unito, durante i colloqui di lavoro viene chiesto al 12,5% delle donne pakistane delle proprie aspirazioni su matrimonio e famiglia. La stessa domanda viene chiesta solo al 3,3% delle donne bianche, vale a dire quasi quattro volte di meno. Il velo è un ulteriore ostacolo nel trovare e mantenere un lavoro. In Germania, il 18% delle aziende ha invitato candidate con nomi dal suono tedesco a un colloquio, mentre solo il 13% ha invitato le candidate con nomi dal suono turco. E solo il 3% delle candidate musulmane con il velo nella foto del cv è stato invitato a un colloquio. In Belgio, il 44% dei datori di lavoro concorda sul fatto che indossare un velo può influenzare negativamente la selezione dei candidati.

Nella maggior parte dei paesi, le donne musulmane hanno maggiori probabilità di essere vittime di hate speech rispetto agli uomini della stessa religione, soprattutto se indossano il velo. Le donne musulmane sono prese di mira da minacce e incitamento all'odio, alla violenza e all'aggressione online e offline. Ad esempio, nei Paesi Bassi oltre il 90% delle vittime di incidenti di islamofobia che si sono rivolte all'organizzazione Meld Islamofobie nel 2015 erano donne. In

Francia, l'81,5% delle violenze islamofobiche registrate nel 2014 dal Collettivo contro l'islamofobia erano indirizzate a donne, la maggior parte delle quali indossava un simbolo religioso visibile. Tell Mama riporta che nel Regno Unito il 54% delle vittime di minacce e abusi verbali offline erano donne. Insulti verbali e violenza fisica spesso si mischiano, così come i gesti razzisti con quelli sessisti. Gli incidenti si verificano soprattutto negli spazi pubblici.

Il rapporto mostra che i pregiudizi e le rappresentazioni stereotipate delle donne musulmane sono diffuse dai media e dai discorsi dei personaggi pubblici, tra cui alcuni politici. Questa attenzione negativa verso le donne musulmane nei media e nei dibattiti politici contribuisce anche a creare un terreno fertile per le pratiche discriminatorie e la violenza.

"Le donne musulmane sono obiettivi di discriminazione e violenza perché sono donne e musulmane, eppure non si fa nulla per affrontare la discriminazione multipla che devono affrontare", ha spiegato la presidentessa dell'Enar Sarah Isal. "L'Unione europea non può permettersi di escludere e dimenticare le donne musulmane, se vuole battersi per l'uguaglianza di genere e la lotta contro il razzismo. Le leggi comunitarie contro la discriminazione nel mercato del lavoro e i crimini d'odio devono proteggere efficacemente".

Fonte: <http://frontiernews.it/2016/06/islamofobia-a-rimetterci-sono-le-donne/>

Capire l'impatto della migrazione sulle famiglie dei migranti

Ricercatori finanziati dall'UE hanno studiato la vita dei migranti e delle famiglie di migranti sia in Europa che nel loro paese d'origine per capire meglio l'impatto della migrazione sul corso della loro vita.

Sulle pagine dei quotidiani o nel notiziario della sera una delle notizie di primo piano è sicuramente la migrazione. Anche se adesso è sempre in prima pagina però, la migrazione in Europa non è certo una novità e le sue conseguenze si estendono molto oltre la retorica politica di oggi.

La migrazione verso e all'interno dell'Europa avviene da anni e, di conseguenza, la popolazione del continente sta cambiando e le sue società stanno diventando più varie dal punto di vista etnico. Anche se si sa che i migranti e le loro famiglie devono affrontare molti cambiamenti quando si spostano dal proprio paese d'origine verso un paese nuovo, si sa pochissimo riguardo l'impatto della migrazione internazionale sul corso della vita dei migranti e delle loro famiglie.

Per approfondire la questione, il progetto FAMILIFE ha studiato le vite di migranti e famiglie di migranti sia qui in Europa che nel loro paese d'origine. Le ricerche condotte erano incentrate su tre temi: 1) le dinamiche della popolazione della prima e della seconda generazione di immigranti in Europa, 2) l'effetto della migrazione sulla solidarietà intergenerazionale e sui legami familiari e 3) gli effetti della migrazione sul corso della vita individuale, confrontando il percorso della vita dei migranti con quello dei non-migranti.

“I migranti sono spesso studiati esclusivamente nel paese di destinazione, ma per capire meglio il corso della loro vita e studiare i cambiamenti del comportamento demografico, dobbiamo anche tener conto del paese d'origine,” spiega la coordinatrice del progetto, la dott.ssa Helga A.G. de Valk. “Concentrandosi soltanto sul paese di destinazione, si trascura l'importanza di questi processi e così erroneamente si attribuiscono i cambiamenti nel comportamento dei migranti ai processi di adattamento nel paese di destinazione.”

Qui e altrove

Un esempio di come questa differenza nel comportamento demografico si manifesta si può vedere nella diffusione del divorzio in Turchia. Usando indagini demografiche e sanitarie, integrate da dati sullo sviluppo economico, i ricercatori di FAMILIFE hanno scoperto che il divorzio in Turchia è diventato molto più diffuso negli ultimi dieci anni. Questo però varia sostanzialmente a seconda della regione e del

livello di cambiamento del comportamento demografico verso le relazioni cui si è esposti.

“Guardando al contesto regionale e alle probabilità di divorzio, abbiamo scoperto che le donne che vivono in una regione nella quale il divorzio è più comune hanno maggiori probabilità di divorziare,” dice la dott.ssa de Valk. “Ma anche l'esperienza di migrazione di una donna ha un ruolo e quelle che sono state via hanno maggiori probabilità di separarsi dal proprio compagno.” La dott.ssa de Valk aggiunge che anche se lo sviluppo economico e le opportunità sono importanti, la diffusione delle norme culturali nel paese d'origine è chiaramente più rilevante per l'aumento del numero di divorzi osservato nel contesto turco.

D'altra parte, quando si tratta di legami intergenerazionali e di equilibrio lavoro-famiglia, il paese di destinazione è più importante. Qui in Europa, lo scambio di sostegno tra i figli adulti e i loro genitori varia sostanzialmente da un paese all'altro. Questo gradiente di sostegno non solo si trova nella maggior parte della popolazione, ma è ugualmente riflesso tra le popolazioni migranti che risiedono in questi paesi.

“Di conseguenza, una persona di origine turca che vive in Germania è più simile a una persona tedesca che a una persona turca che vive nei Paesi Bassi,” dice la dott.ssa de Valk. “Questo si può vedere anche nella partecipazione delle donne migranti di seconda generazione alla forza lavoro prima e dopo la maternità, in questo caso osserviamo che le società con idee normative forti sull'attaccamento di una madre al mercato del lavoro hanno come risultato un comportamento tra le donne migranti più simile a quello del gruppo di maggioranza dei nativi del paese.” Secondo la dott.ssa de Valk, questo è vero in particolare nel caso dei figli di immigranti che sono nati e cresciuti in Europa, nei quali si vede un chiaro adattamento alle norme del paese di destinazione.

Mostrare e raccontare l'esperienza di migrante

Ovviamente questi non sono che alcuni esempi delle molte e importanti informazioni raccolte dalla ricerca svolta dal progetto FAMILIFE, che sono state ampiamente divulgate attraverso una serie di presentazioni, articoli e sul sito web di FAMILIFE.

Inoltre, per assicurare che questi importanti risultati vengano comunicati a un pubblico non

accademico più ampio, il progetto ha invitato vari artisti a fornire le loro interpretazioni artistiche della ricerca di FAMILIFE. Il risultato sono tre cortometraggi e una mostra d'arte. Ognuno dei film copre uno dei sotto-temi del progetto, mentre

la mostra d'arte espone le opere di studenti del terzo e quarto anno dell'Accademia reale di belle arti dell'Aia..

Fonte: http://cordis.europa.eu/news/rcn/126629_it.html – 02.11.2016

“L'amore non ha età”. La Consulta bocchia la legge anti-badanti

Chi decide di sposarsi anche dopo i settanta ha tutto il diritto di farlo senza che venga sospettato di voler frodare l'erario. Nemmeno se il coniuge è di molto più giovane.

Ugo Magri

Il «diritto all'affettività» non si perde con l'avanzare degli anni. E comunque nessuno, tantomeno lo Stato, può sindacare le ragioni di un matrimonio in tarda età. Chi decide di sposarsi anche dopo i settanta ha tutto il diritto di farlo senza che venga sospettato di voler frodare l'erario. Nemmeno se il coniuge è di molto più giovane. Dunque è incostituzionale quella disciplina del 2011 che mise un freno alle pensioni di reversibilità, e che nel gergo mediatico venne chiamata «norma anti-badanti». Così ha stabilito ieri la Consulta con una sentenza importante, destinata a lasciare il segno nel costume nazionale. Perché non si limita a cancellare una misura presa 5 anni fa dal governo Berlusconi, ma segnala un'evoluzione della società italiana e tutela sul piano previdenziale un conseguente diritto: quello, appunto, di vivere liberamente i propri affetti. Pure nel caso in cui si riversino su un coniuge di decenni più giovane.

La norma dichiarata contraria alla Costituzione è l'articolo 18, comma 5, del decreto legge n.98/2011. Lo volle l'allora ministro dell'Economia Tremonti per frenare un fenomeno che il Fisco ha sempre guardato con sospetto: le nozze tra anziani signori e giovani badanti, che in assenza di altri eredi avrebbero potuto godere per decenni della pensione di reversibilità. A spese dell'Erario, ecco il capo d'accusa. La norma «anti-badanti» scatenò un folklore mediatico di pessimo gusto. Fiorì una casistica che vedeva protagonisti «vecchietti arzilli» sedotti da «finte innamorate» venute dall'Est, «latin lover irriducibili» circuiti da aspiranti vedove, matrimoni «mordi e fuggi» celebrati sul presupposto che, superata una certa

boa della vita, nessun sentimento può più essere autentico ma solo frutto di convenienza, se non addirittura peggio.

La sentenza della Corte (giudice relatore una donna, Silvana Sciarra) ribalta il pregiudizio negativo che ispira la norma del 2011. Ne contesta l'irragionevolezza perché, spiega la Consulta, si «enfattizza la patologia del fenomeno, partendo dal presupposto di una genesi immanabilmente fraudolenta del matrimonio tardivo». Qualche volta magari sarà così, ma non sempre e forse nemmeno così di frequente. I tempi cambiano, l'arco della vita si allunga, siamo di fronte a un «non trascurabile cambiamento di abitudini e propensioni collegate a scelte personali, indipendenti dall'età». Si ama sempre più spesso anche da vecchi, e stabilire un vincolo matrimoniale dopo i 70 anni non dev'essere motivo di imbarazzo (come magari succedeva una volta).

Di sicuro lo Stato non deve permettersi di punire chi convola a nozze con un «lui» o una «lei» di almeno vent'anni più giovane, limandone in prospettiva la pensione di reversibilità. La Consulta definisce «inaccettabili le limitazioni basate su un dato meramente naturalistico quale l'età». Sottolinea con vigore che non è consentito «interferire con le scelte di vita dei singoli, espressione di libertà fondamentali». Di una in special modo: «La piena libertà di determinare la propria vita affettiva»..

Fonte: <http://www.lastampa.it/2016/07/15/italia/cronache/lamore-non-ha-et-la-consulta-bocchia-la-legge-antibadanti-BBGIG2UcoUTJh7o8aedvyH/pagina.html>

–15.07.2016

Títulos da Resenha Migrações na Atualidade

1. BRASIGUAIOS
2. EMIGRAR - Opção ou necessidade
3. OS EXPULSOS DA TERRA
4. MIGRAÇÕES E TRABALHO
5. LEIS E MIGRAÇÃO
6. MIGRAÇÕES NORDESTINAS
7. JOVENS MIGRANTES
8. MIGRAÇÕES INTERNAS: Aspectos vários
9. DESEMPREGO
10. VÍTIMAS DO RACISMO
11. MORADIA: Direito de todos
12. FAVELAS: Migração da dignidade humana
13. FOME E MISÉRIA
14. LATINO - AMERICANOS EM MIGRAÇÃO
15. A FAMÍLIA
16. TRABALHO ESCRAVO
17. SOS: Pequenos sem lar
18. REFUGIADOS
19. EXCLUÍDOS - Um clamor à justiça e a solidariedade
20. MULHER MIGRANTE - Solidariedade e acolhida
21. SEM – TERRAS
22. DIREITOS HUMANOS - Violação e defesa
23. TERRA E MIGRAÇÃO
24. MIGRANTES EM SITUAÇÃO IRREGULAR
25. CRIANÇAS, ADOLESCENTES E TRABALHO
26. CF /97 E AS MIGRAÇÕES
27. MIGRANTES E AS RELAÇÕES DE TRABALHO
28. VIOLÊNCIA CONTRA MIGRANTES.
29. PELA DIGNIDADE DO MIGRANTE
30. DESEMPREGO EM ALTA
31. EDUCAR É PRECISO
32. SECA AUMENTA O VAIVÉM DE MIGRANTES
33. ANISTIA A ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO ILEGAL
34. SEM TRABALHO... por quê?
35. DESAFIOS DA MIGRAÇÃO frente ao novo milênio
36. O MIGRANTE É VÍTIMA!
37. REFUGIADOS: desafio à solidariedade
38. DIGNIDADE HUMANA E PAZ - CF/2000
39. XENOFOBIA
40. TRÁFICO HUMANO - a escravidão moderna
41. CRIANÇAS E ADOLESCENTES na armadilha da globalização
42. DROGAS, uma ameaça à VIDA.
43. MULHERES: Protagonistas ou excluídas?
44. MIGRANTES e Conflitos armados
45. RETRATO SOCIAL dos MIGRANTES.
46. POVOS INDÍGENAS, resgate de uma civilização.
47. ALIMENTAÇÃO é um direito humano. Por que tanta fome?
48. IMIGRANTE: rejeitado, mas indispensável!
49. ÁGUA: fonte de segurança alimentar.
50. PESSOAS IDOSAS: dignidade e esperança.
51. A MERCANTILIZAÇÃO DO SER HUMANO
52. EMIGRAÇÃO: As lutas de brasileiros e brasileiras no exterior.
53. DISCRIMINAÇÕES: o ser humano ferido.
54. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: rumos e desafios.
55. MIGRAÇÕES: culturas e integração.
56. REFUGIADOS: novos desafios na conjuntura atual.
57. TRÁFICO DE SERES HUMANOS: negação da dignidade.
58. MIGRAÇÕES: leis insuficientes e políticas migratórias discriminatórias.
59. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO.
60. XENOFOBIA: o migrante como ameaça. Por quê?
61. RELIGIÕES: força e fragilidade dos migrantes
62. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: novos fluxos e políticas seletivas
63. POBREZA produz migração. Migração contrasta a pobreza?
64. CAMINHOS E DESCAMINHOS DA INTEGRAÇÃO
65. POVOS EM FUGA: os/as deslocados/as
66. CRIMINALIZAÇÃO DOS MIGRANTES E VIOLÊNCIA NO CONTEXTO MIGRATÓRIO: desafios
67. MIGRAÇÕES E TRABALHO: valorizar a contribuição e erradicar a exploração
68. MIGRAÇÕES E CULTURA: como superar a discriminação?
69. MIGRAÇÕES E REFÚGIO: a ambigüidade das estratégias de proteção
70. LEIS E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS: direito a ter direitos
71. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO: qual o papel das remessas?
72. O PAPEL PROFÉTICO DAS RELIGIÕES junto aos migrantes
73. TRÁFICO DE PESSOAS: quais são as estratégias de combate?
74. CIDADE: lugar de encontro ou exclusão?
75. SER MIGRANTE EM TEMPOS DE CRISE
76. ENTRE ASSIMILAÇÃO e INTEGRAÇÃO
77. MUDANÇAS CLIMÁTICAS e REFUGIADOS AMBIENTAIS
78. AS MIGRAÇÕES GERAM VIOLÊNCIA OU REAÇÕES VIOLENTAS?
79. TRABALHADORES MIGRANTES: indispensáveis, mas sem direitos
80. XENOFOBIA: a nova face da exclusão
81. MULHERES REFUGIADAS
82. RELIGIÃO: fator de integração dos migrantes?
83. Os rumos do TRÁFICO DE SERES HUMANOS
84. MIGRAÇÃO DE RETORNO e crise: sonho frustrado?
85. Os desafios da MIGRAÇÃO FEMININA
86. As RELIGIÕES diante dos desafios das MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS
87. TRÁFICO DE PESSOAS: é possível combater?
88. Novos FLUXOS MIGRATÓRIOS: uma nova questão social
89. MULHERES MIGRANTES: protagonismo e vulnerabilidades
90. A RELIGIÃO como meio de assistência, integração e emancipação dos migrantes.
91. TRÁFICO DE PESSOAS: entre o discurso e a realidade.
92. A “Globalização da indiferença” e a CRIMINALIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES
93. As MULHERES no contexto das políticas migratórias
94. As RELIGIÕES a serviço da dignidade dos migrantes
95. TRÁFICO DE PESSOAS: O ser humano está à venda?
96. Por uma compreensão mais ampla das MIGRAÇÕES FORÇADAS
97. MULHERES MIGRANTES: entre fronteiras físicas e sociais.
98. Migrações, RELIGIÕES e violência
99. TRÁFICO DE PESSOAS e políticas migratórias
100. MÍDIA e migrações: entre discursos e estereótipos
101. Dignidade humana e MULHERES MIGRANTES
102. A DIÁSPORA MUÇULMANA para além dos estereótipos
103. Os paradoxos da ESCRAVIDÃO MODERNA
104. Mobilidade humana: entre FRONTEIRAS e muros
105. Por um olhar mais humano sobre as MULHERES MIGRANTES